

ÍNDICE

V.3 - Meio Socioeconômico	1/58
V.3.1 - Aspectos Metodológicos	1/58
V.3.2 - Breve Caracterização da Área de Influência	4/58
V.3.3 - Atividades Econômicas	5/58
V.3.4 - Caracterização da Área de Influência Direta (AID).....	16/58
V.3.5 - Caracterização da atividade pesqueira e das comunidades de pesca da área de influência	19/58
V.3.6 - Populações Tradicionais.....	40/58
V.3.7 - Atividades Turísticas.....	42/58
V.3.8 - Geração de Empregos	57/58

ANEXOS

Anexo V.3-1 - Questionários Aplicados

Anexo V.3-2 - Entrevistas

V.3 - MEIO SOCIOECONÔMICO

V.3.1 - Aspectos Metodológicos

O diagnóstico do Meio Socioeconômico foi elaborado a partir das orientações do Termo de Referência emitido para a atividade em tela, protocolado no IBAMA sob o ofício 02001.012490/2013-35 COMOC/IBAMA.

Em acordo com o que preconiza o Termo de Referência (TR), o diagnóstico tem como alicerces dados secundários e primários. Os secundários dizem respeito, principalmente, a fontes oficiais e institutos de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo, Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) dentre outros.

Além destes dados secundários foi também feita pesquisa bibliográfica que aborda os temas contemplados neste diagnóstico, especialmente em relação à atividade pesqueira na Área de Influência Indireta (AII), bem como à dinâmica econômica e turística, além de publicações concernentes a populações tradicionais.

Outra fonte de dados contemplada para a elaboração do diagnóstico socioeconômico foram os questionários aplicados (**Anexo V.3-1**) junto a gestores públicos locais. Estes questionários buscaram levantar informações, principalmente, sobre aspectos econômicos, turísticos e de pesca nos municípios da Área de Influência. Neste sentido, foram aplicados os questionários aos órgãos municipais expostos no **Quadro V.3.1-1**.

Quadro V.3.1-1 Órgãos Municipais com Aplicação dos Questionários

Município	Órgãos Municipais com Aplicação do Questionário
Santos	Secretaria de Turismo
São Vicente	Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de Turismo
Praia Grande	Departamento de Planejamento e Turismo Secretaria de Meio Ambiente
Mongaguá	Departamento de Meio Ambiente Departamento de Turismo
Itanhaém	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente
Peruíbe	Departamento de Meio Ambiente

Fonte: Ecology Brasil, 2015

Por último, foram também contemplados dados primários oriundos de duas campanhas de campo empreendidas em todos os municípios da AII e na Área de Influência Direta (AID). Estas campanhas ocorreram de 23/02/2015 a 27/02/2015 e de 04/03/2015 a 07/03/2015.

Nestas campanhas, além da aplicação dos questionários junto a gestores públicos locais, foram promovidas entrevistas (Anexo V.3-2) com pescadores associados às colônias Z-13, no município de Itanhaém; Z-5, em Peruíbe; e Z-4, em São Vicente.

V.3.1.1 - Área de Influência (AII) e Área de Influência Direta (AID)

A delimitação da Área de Influência (AI) da atividade, para o Meio Socioeconômico, contemplou os critérios mínimos indicados pelo Termo de Referência (TR), a saber:

- Impactos decorrentes das embarcações de instalação do cabo óptico e de apoio, considerando a área de segurança no entorno destas.
- Impactos decorrentes da instalação do cabo na faixa de praia até a estação terminal de conexão do cabo submarino com os cabos terrestres;
- Rotas das embarcações de instalação e apoio utilizadas durante a atividade;

A fim de atender especificamente à indicação do TR sobre comunidades existentes na Área Diretamente Afetada, o estudo do meio socioeconômico ampliou a Área de Influência a priori com o objetivo de captar a relação das atividades econômicas desenvolvidas nos municípios do entorno de Praia Grande com possíveis interferências durante a fase de instalação do cabo óptico. Tendo em vista que a região da Baixada Santista tem forte caráter turístico e de produção pesqueira, esses temas foram chave no escopo do diagnóstico da Área de Influência definida.

A partir de tais critérios chegou-se às seguintes delimitações para o diagnóstico do Meio Socioeconômico:

- Área de Influência Indireta (AII): Municípios de Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. Estes municípios foram selecionados principalmente por constituírem uma área passível de ser impactada pela atividade, sobretudo no que diz respeito à atividade de pesca e turismo;

- Área de Influência Direta (AID): Tendo em vista os temas destacados dentro do diagnóstico do Meio Socioeconômico, foi definida como área diretamente afetada a região de aterramento do cabo óptico na orla e praia do Bairro Mirim, pois foram identificadas relações pouco consistentes com os outros municípios acerca do turismo e da pesca, além da própria configuração particular do Bairro Mirim em relação ao município de Praia Grande. Sendo assim, foi considerada como área diretamente afetada a área direta de uso durante a instalação e de isolamento na praia. A AID, na área marítima, contempla a área de segurança de 150 metros para cada lado a partir da rota utilizada pelo navio instalador do cabo. Enquanto que na porção terrestre a área de segurança considera um polígono de 0,025Km² previsto como área de trabalho que será isolada e, por isso, poderá sofrer impactos durante o período de instalação da atividade.

V.3.1.2 - Organização do Diagnóstico

Conforme mencionado anteriormente, o diagnóstico socioeconômico foi elaborado com base nos preceitos do Termo de Referência, contemplando todos os itens indicados nele, tal qual exposto no Quadro V.3.1-2. Neste quadro estão apresentados os itens do Termo de Referência e o local onde são atendidos no presente diagnóstico, além de informações pontuais que foram adicionadas embora não previstas no TR.

Quadro V.3.1-2 - Organização do Diagnóstico Socioeconômico

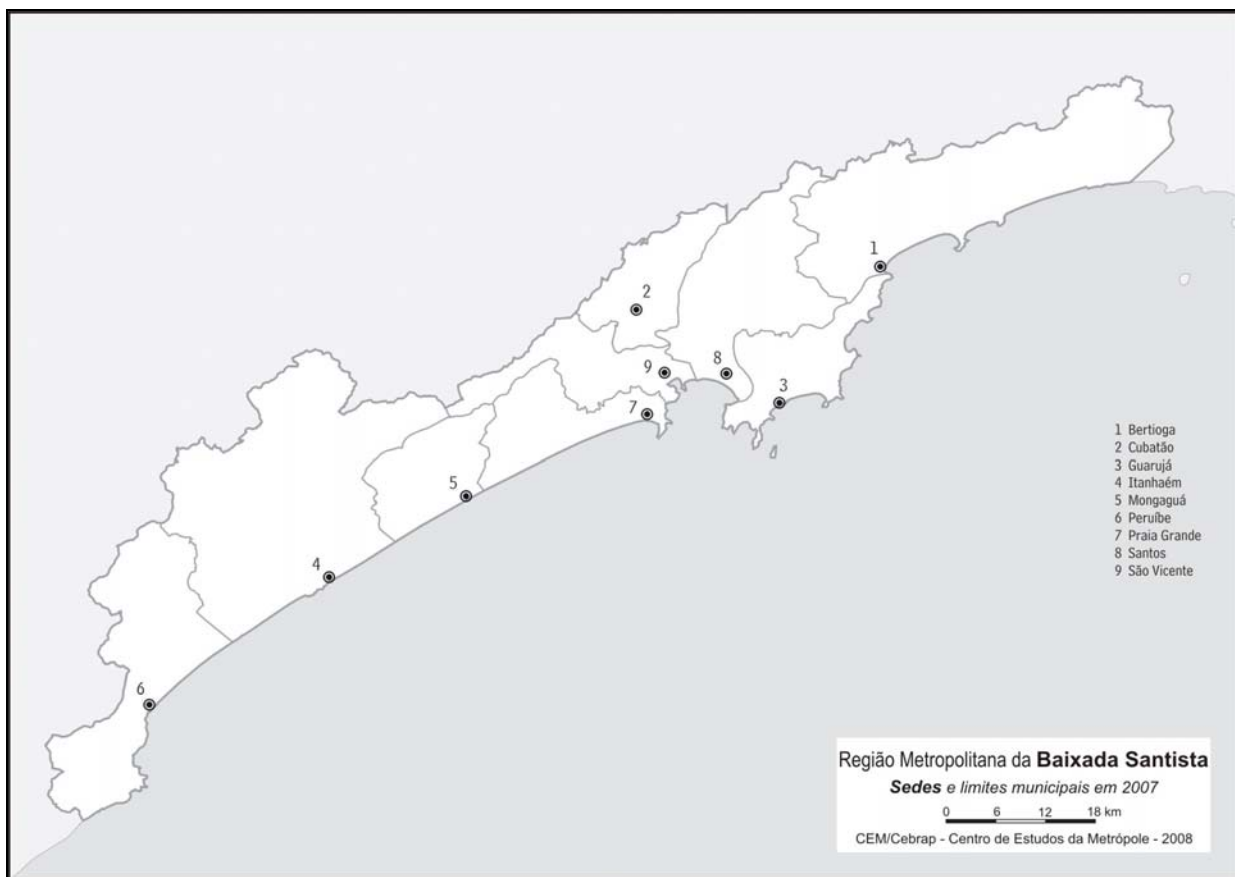
Termo de Referência		Diagnóstico	
V.B	Planos e Programas Governamentais	5.2	Planos e Programas Governamentais
V.3	Meio Sócio-Econômico	5.3	Meio Socioeconômico
		5.3.1	Aspectos Metodológicos
		5.3.2	Considerações Iniciais
V.3.1	Descrição das principais atividades econômicas desenvolvidas na área de influência	5.3.3	Atividades Econômicas
V.3.2	Caracterização das comunidades da área diretamente afetada, incluindo a identificação das comunidades pesqueiras artesanais dos municípios da área de influência.	5.3.4	Caracterização da Área de Influência Direta (AID)
		5.3.5	Caracterização da atividade pesqueira e das comunidades de pesca
-	Não Solicitado no TR	5.3.6	Populações Tradicionais
V.3.3	Descrição das atividades turísticas desenvolvidas na região, as áreas mais utilizadas, indicando os períodos de alta temporada e as possíveis interferências do empreendimento sobre aquelas atividades	5.3.7	Atividades Turísticas

Termo de Referência		Diagnóstico	
V.3.4	Quantificação da geração de empregos previstos em função das atividades de implantação do cabo	5.3.8	Geração de Empregos

Fonte: Ecology Brasil, 2015

V.3.2 - Breve Caracterização da Área de Influência

Como dito anteriormente, a Área de Influência (AI) do empreendimento contempla os municípios de Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. Estes se encontram inseridos na Região Metropolitana da Baixada Santista (Figura V.3.2-1), composta pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente, todos no Estado de São Paulo.



Fonte: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/222>

Figura V.3.2-1 Municípios da Baixada Santista

A AI fora ocupada, até o século XVI, apenas por populações indígenas Tupi e Guarani, remanescentes das quais ainda sobrevivem atualmente. O processo de intensificação da

ocupação da Baixada Santista esteve intimamente ligada ao Porto de Santos, ainda no período colonial, quando as atividades do porto impulsionaram a formação de núcleos que originaram a ocupação local.

No último quarto do século XIX o porto ganhou ainda mais importância no escoamento da produção cafeeira de São Paulo (INSTITUTO PÓLIS, 2014), em momento no qual a exportação de café capitaneava a economia brasileira.

Em meados do século XX a baixada passou por novo processo de crescimento populacional e urbanização em virtude, sobretudo, da criação do polo petroquímico de Cubatão e da inauguração da rodovia estadual SP 150, que conecta o litoral à capital do estado. A década de 1960 foi um momento de importante crescimento urbano local, quando o turismo de veraneio começa a se destacar (INSTITUTO PÓLIS, 2014).

Atualmente o Porto de Santos exerce notável influência em toda a Baixada Santista, e portanto na AI do empreendimento, movimentando a economia da região, inclusive com fluxo de trabalhadores entre os seus municípios.

Conforme será abordado ao longo do presente estudo, a Área de Influência do empreendimento se caracteriza pela ocupação urbana consolidada no litoral, ainda que em convivência com diversas áreas de preservação ambiental de diversos tipos, incluindo Terras Indígenas, Estações Ecológicas, dentre outras.

V.3.3 - Atividades Econômicas

Este item tem por objetivo mapear as principais atividades econômicas nos municípios da Área de Influência Indireta (AI) do empreendimento, a fim de identificar as fontes de renda e as potencialidades locais a partir das entrevistas realizadas em campo com gestores públicos municipais e do levantamento de dados secundários, principalmente no IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

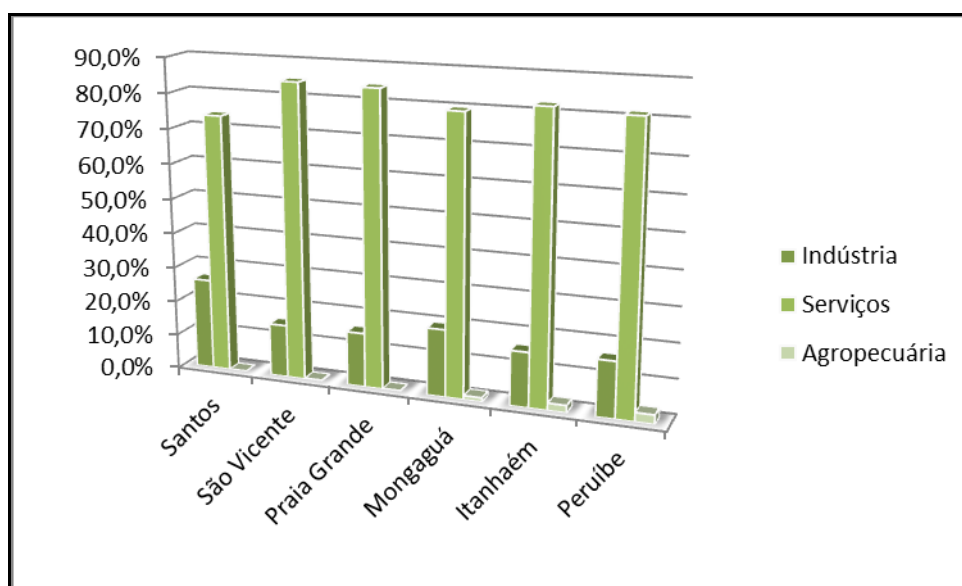
De acordo com as informações do IPEA sobre o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios expostas no **Quadro V.3.3-1** e na **Figura V.3.3-1**, é possível destacar que o município de Santos sobressai na AI, como a economia mais expressiva, uma vez que seu PIB representa aproximadamente 60% de toda a AI. São Vicente e Praia Grande apresentam economia de portes similares, enquanto Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe são municípios com economia de menor expressão.

Verifica-se o setor de serviços como o maior gerador de renda dos municípios da Área de Influência, variando de 74% em Santos a 85% em São Vicente. Os municípios de Santos e São Vicente, que fazem parte da área central da Região Metropolitana, bem como Praia Grande, o qual possui maior relação com estes, apresentam parcela significativa do PIB, depois do setor de serviços, oriunda do setor industrial, com destaque para Santos. Em relação à agropecuária, os municípios que mais arrecadam renda a partir desta atividade são Itanhaém e Peruíbe, embora o montante seja bem menor em comparação com a renda arrecadada nos demais setores. Mongaguá é o município com menor expressão monetária em todos os domínios apresentados, comparado aos outros municípios da AI.

Quadro V.3.3-1 PIB Municipal por setor, 2010.

Município	PIB Municipal - indústria - valor adicionado - preços básicos	PIB Municipal - serviços - valor adicionado - preços básicos	PIB Municipal - agropecuária - valor adicionado - preços básicos
Santos	R\$ 1.353.444,49	R\$ 3.843.253,27	R\$ 1.817,83
São Vicente	R\$ 206.321,86	R\$ 1.150.723,68	R\$ 3.012,14
Praia Grande	R\$ 204.290,96	R\$ 1.107.541,34	R\$ 2.175,89
Mongaguá	R\$ 40.663,27	R\$ 167.038,79	R\$ 2.401,06
Itanhaém	R\$ 61.233,76	R\$ 320.115,95	R\$ 8.134,13
Peruíbe	R\$ 46.657,99	R\$ 234.960,60	R\$ 7.566,66

Fonte: Ipeadata



Fonte: Ipeadata

Figura V.3.3-1 PIB Municipal por setor

Segundo os dados do Cadastro Central de Empresas (IBGE) expostos no **Quadro V.3.3-2**, a maior expressão percentual do setor de empresas de Santos se concentra no comércio e na administração. Entre 2006 e 2012, houve um crescimento do número de empresas, de forma geral, exceto no ramo da administração pública e seguridade social e de indústrias extrativas.

Já em São Vicente, quase metade das empresas existentes são estabelecimentos comerciais, seguidos pelas instituições administrativas e de serviços complementares. É relevante destacar que a quantidade de empresas comerciais apresentou uma queda neste intervalo de seis anos, diferente do contexto das empresas administrativas, que apresentou um leve crescimento.

O mesmo ocorre com o universo de empresas em Praia Grande, pois a maior parte delas concentra-se no setor de comércio e/ou reparação de veículos e administração e serviços complementares. E no intervalo pesquisado, houve crescimento no número dessas duas categorias de empresas, com destaque para as administrativas, embora o domínio das empresas comerciais ainda se sobressaia.

Em 2006, praticamente metade das empresas em Mongaguá era comerciais e/ou de reparação de veículos, e em 2012 este número caiu para 42,9%, apesar do número de estabelecimentos comerciais ter apresentado crescimento. Em seguida, destaca-se o setor administrativo, que também cresceu entre estes seis anos. As empresas de alojamento e alimentação compõem 14% das empresas de Mongaguá, em 2006, e essa configuração se manteve até 2012, com 13,66% das empresas municipais e número absoluto de 165 - 24 a mais que em 2006. Este é o município com menor quantidade de estabelecimentos da AI.

Assim como Mongaguá, Itanhaém compreende quantidade significativa de empresas comerciais e/ou de reparação de veículos, visto que, em 2006, mais da metade (56%) das empresas municipais eram destinadas a este setor. E entre 2006 e 2012, não houve expansão considerável deste ramo, dado que o percentual das empresas sofreu uma diminuição, em virtude da manutenção do número absoluto. A área de alojamento e alimentação é a segunda mais expressiva do município, que também não sofreu considerável alteração quantitativa entre o período de seis anos. Os outros domínios menos expressivos, como administração e atividades imobiliárias, apresentaram um pequeno crescimento neste período.

Tal como os demais contextos, a maioria das empresas de Peruíbe são da área de comércio e/ou reparação de veículos (52% em 2006 e 2012), seguidas pelas entidades de alojamento e alimentação, que também permaneceram com percentual de 15% das empresas do município

entre 2006 e 2012. Dentre as atividades de menor expressão, é válido sinalizar que as empresas de saúde e serviços sociais praticamente dobraram entre os seis anos pesquisados.

De forma geral, Santos é o município central, com maior número de empresas da Área de Influência do empreendimento, e com uma matriz mais diversificada, apesar de também se destacar nos ramos de comércio e/ou reparação de veículos e administrativos e serviços complementares, assim como São Vicente e Praia Grande. Essas características do município de Santos se relacionam com a presença do porto na localidade, que gera muitos fluxos de pessoas, transportes, mercadorias e informações, portanto, as atividades que se associam ao porto são múltiplas. E os municípios do entorno parecem absorver parte desta dinâmica, como um reflexo da centralidade de Santos, por meio de maior disponibilidade de serviços.

Mongaguá, Peruíbe e Itanhaém são os que apresentam menor universo de empresas instaladas. Dentre as existentes nestes locais, evidenciam-se as de comércio e/ou reparação e as de alojamento e alimentação.

Visto isso, é possível inferir que grande parcela das companhias presentes nestes municípios, na sua maioria comércio, alojamento e alimentação, principalmente nos da região sul da Baixada Santista, como Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, são voltadas para atender a dinâmica do turismo - atividade que busca serviços especializados como estes - e, dessa forma, a economia destes municípios pode ser fortemente atrelada aos períodos de alta temporada.

Quadro V.3.3-2 Número de Empresas e Outras Organizações em 2006 e 2012

Município	Variável	2006		2012	
		Número	Percentual	Número	Percentual
Santos	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	41	0,19	40	0,18
	Indústrias extrativas	8	0,04	5	0,02
	Indústrias de transformação	635	2,98	543	2,44
	Eletricidade e gás	1	0	-	-
	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	26	0,12	36	0,16
	Construção	588	2,76	767	3,45
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	7499	35,21	6519	29,33
	Transporte, armazenagem e correio	1286	6,04	1581	7,11
	Alojamento e alimentação	1778	8,35	1718	7,73
	Informação e comunicação	614	2,88	676	3,04
	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	327	1,54	363	1,63

Município	Variável	2006		2012	
		Número	Percentual	Número	Percentual
	Atividades imobiliárias	212	1	295	1,33
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	960	4,51	1389	6,25
	Atividades administrativas e serviços complementares	4819	22,63	5462	24,58
	Administração pública, defesa e seguridade social	18	0,08	8	0,04
	Educação	360	1,69	441	1,98
	Saúde humana e serviços sociais	568	2,67	760	3,42
	Artes, cultura, esporte e recreação	283	1,33	301	1,35
	Outras atividades de serviços	1275	5,99	1320	5,94
	Serviços domésticos	-	-	-	-
	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1	0	1	0
	Total	21299	100	22225	100
São Vicente	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0	0	1	0,01
	Indústrias extrativas	2	0,03	3	0,04
	Indústrias de transformação	208	3,24	221	3,31
	Eletricidade e gás	0	0	1	0,01
	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	11	0,17	14	0,21
	Construção	206	3,2	313	4,69
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2982	46,38	2695	40,38
	Transporte, armazenagem e correio	144	2,24	191	2,86
	Alojamento e alimentação	603	9,38	658	9,86
	Informação e comunicação	207	3,22	143	2,14
	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	62	0,96	52	0,78
	Atividades imobiliárias	40	0,62	79	1,18
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	193	3	213	3,19
	Atividades administrativas e serviços complementares	892	13,87	1025	15,36
	Administração pública, defesa e seguridade social	4	0,06	4	0,06
	Educação	106	1,65	160	2,4
	Saúde humana e serviços sociais	89	1,38	114	1,71
	Artes, cultura, esporte e recreação	113	1,76	114	1,71
	Outras atividades de serviços	567	8,82	673	10,08
	Serviços domésticos	0	0	0	0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0	
Total	6429	100	6674	100	

Município	Variável	2006		2012	
		Número	Percentual	Número	Percentual
Praia Grande	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2	0,03	2	0,03
	Indústrias extrativas	1	0,02	0	0
	Indústrias de transformação	179	2,82	215	2,72
	Eletricidade e gás	0	0	1	0,01
	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	9	0,14	13	0,16
	Construção	245	3,86	436	5,51
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2483	39,16	2843	35,91
	Transporte, armazenagem e correio	63	0,99	153	1,93
	Alojamento e alimentação	645	10,17	737	9,31
	Informação e comunicação	49	0,77	87	1,1
	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	27	0,43	38	0,48
	Atividades imobiliárias	61	0,96	115	1,45
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	72	1,14	146	1,84
	Atividades administrativas e serviços complementares	2025	31,94	2510	31,7
	Administração pública, defesa e seguridade social	2	0,03	4	0,05
	Educação	91	1,44	148	1,87
	Saúde humana e serviços sociais	53	0,84	78	0,99
	Artes, cultura, esporte e recreação	51	0,8	71	0,9
	S Outras atividades de serviços	282	4,45	321	4,05
	Serviços domésticos	0	0	0	0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0	
Total		6340	100	7918	100

Município	Variável	2006		2012	
		Número	Percentual	Número	Percentual
Mongaguá	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1	0,1	4	0,33
	Indústrias extrativas	3	0,31	1	0,08
	Indústrias de transformação	23	2,37	27	2,24
	Eletricidade e gás	0	0	0	0
	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2	0,21	4	0,33
	Construção	35	3,61	74	6,13
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	479	49,38	518	42,88
	Transporte, armazenagem e correio	6	0,62	18	1,49
	Alojamento e alimentação	141	14,54	165	13,66
	Informação e comunicação	7	0,72	6	0,5
	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2	0,21	4	0,33
	Atividades imobiliárias	4	0,41	13	1,08
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	8	0,82	17	1,41
	Atividades administrativas e serviços complementares	173	17,84	229	18,96
	Administração pública, defesa e seguridade social	3	0,31	2	0,17
	Educação	13	1,34	40	3,31
	Saúde humana e serviços sociais	9	0,93	11	0,91
	Artes, cultura, esporte e recreação	13	1,34	10	0,83
	Outras atividades de serviços	48	4,95	65	5,38
	Serviços domésticos	0	0	0	0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0	
Total		970	100	1208	100

Município	Variável	2006		2012	
		Número	Percentual	Número	Percentual
Itanhaém	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	6	0,33	11	0,53
	Indústrias extrativas	1	0,05	0	0
	Indústrias de transformação	52	2,83	64	3,07
	Eletricidade e gás	0	0	0	0
	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	7	0,38	8	0,38
	Construção	32	1,74	70	3,36
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1041	56,61	1064	51,06
	Transporte, armazenagem e correio	18	0,98	48	2,3
	Alojamento e alimentação	344	18,71	337	16,17
	Informação e comunicação	18	0,98	21	1,01
	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	5	0,27	11	0,53
	Atividades imobiliárias	7	0,38	24	1,15
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	22	1,2	36	1,73
	Atividades administrativas e serviços complementares	76	4,13	126	6,05
	Administração pública, defesa e seguridade social	2	0,11	3	0,14
	Educação	32	1,74	36	1,73
	Saúde humana e serviços sociais	17	0,92	36	1,73
	Artes, cultura, esporte e recreação	22	1,2	36	1,73
	Outras atividades de serviços	137	7,45	153	7,34
	Serviços domésticos	0	0	0	0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0	
Total		1839	100	2084	100

Município	Variável	2006		2012	
		Número	Percentual	Número	Percentual
Peruíbe	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3	0,21	5	0,29
	Indústrias extrativas	2	0,14	1	0,06
	Indústrias de transformação	34	2,38	52	2,99
	Eletricidade e gás	0	0	0	0
	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1	0,07	3	0,17
	Construção	45	3,15	76	4,37
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	755	52,83	908	52,18
	Transporte, armazenagem e correio	8	0,56	28	1,61
	Alojamento e alimentação	224	15,68	253	14,54
	Informação e comunicação	22	1,54	21	1,21
	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	7	0,49	12	0,69
	Atividades imobiliárias	13	0,91	16	0,92
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	16	1,12	41	2,36
	Atividades administrativas e serviços complementares	82	5,74	123	7,07
	Administração pública, defesa e seguridade social	2	0,14	3	0,17
	Educação	23	1,61	35	2,01
	Saúde humana e serviços sociais	15	1,05	29	1,67
	Artes, cultura, esporte e recreação	29	2,03	27	1,55
	Outras atividades de serviços	148	10,36	107	6,15
	Serviços domésticos	0	0	0	0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0	
Total		1429	100	1740	100

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas

Em relação à disponibilidade de mão de obra na AI do empreendimento, o **Quadro V.3.3-3** apresenta a quantidade e o percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que identificaram se são economicamente ativas ou não na semana de referência. O conceito de população economicamente ativa compreende as pessoas ocupadas e desocupadas¹ (que procuravam emprego). E as pessoas não economicamente ativas são as que não se encaixam nas categorias anteriores.

¹ <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>

De acordo com esses dados, é significativo o volume de pessoas não economicamente ativas em toda AI - quase metade da população residente nos municípios. Em Mongaguá, este cenário é mais explícito, visto que o número de pessoas economicamente ativas e não economicamente ativas é praticamente igual, com uma diferença de 500 pessoas a mais para a População Economicamente Ativa (PEA) municipal.

Santos, São Vicente e Praia Grande são os que apresentam maior parcela da população municipal como economicamente ativa. Por outro lado, em comparação com toda AI, Mongaguá é o município com menor parcela de pessoas economicamente ativas.

De forma geral, toda a AI tem um cenário semelhante a respeito da proporção da população economicamente ativa e não economicamente ativa, entretanto, esses dados se diferenciam conforme a dinâmica econômica de cada município. Conforme já analisado anteriormente, os municípios da área central da Região Metropolitana possuem maior evidência em termos de oferta de serviços e de arrecadação monetárias, sendo assim, apresentam maior dinamismo econômico.

Quadro V.3.3-3 Pessoas de 10 anos ou mais de idade por condição de atividade na semana de referência

Município	Variável	Economicamente ativas	Não economicamente ativas	Total
Santos	Número de pessoas	218227	157434	375661
	Percentual	58,09	41,91	100
São Vicente	Número de pessoas	163359	121720	285079
	Percentual	57,3	42,7	100
Praia Grande	Número de pessoas	128806	94251	223057
	Percentual	57,75	42,25	100
Mongaguá	Número de pessoas	19936	19435	39371
	Percentual	50,64	49,36	100
Itanhaém	Número de pessoas	41132	32462	73594
	Percentual	55,89	44,11	100
Peruíbe	Número de pessoas	28752	22093	50845
	Percentual	56,55	43,45	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Ao destrinchar a composição da População Economicamente Ativa (PEA), segundo Quadro V.3.3-4, é possível identificar a quantidade de pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência. Dessa forma, de acordo com os dados do IBGE (2010), o mesmo município da AI que apresenta maior quantidade de pessoas economicamente ativas e de pessoas ocupadas, também possui o maior número de pessoas desocupadas da AI que, neste caso, é Santos. Em comparação

com este, São Vicente apresenta uma quantidade relativamente alta de pessoas desocupadas, assim como Praia Grande.

Mongaguá, Peruíbe e Itanhaém são os municípios com população economicamente ativa pequena, entretanto, assim como os demais municípios da AI, apresentam a maior parte da PEA dentro da categoria ocupada. Peruíbe, em comparação com os citados anteriormente, possui uma parcela de pessoas desocupadas relativamente menor que Mongaguá, tendo em vista os totais de PEA e PO (população ocupada). Dentre esses três municípios menos expressivos em termos de PEA, Itanhaém se destaca com maior PEA, PO e PD (população desocupada).

Quadro V.3.3-4Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas e desocupadas na semana de referência

Municípios	PEA	PO	PD
Santos	218.227	201.100	17.127
São Vicente	163.359	147.455	15.904
Praia Grande	128.806	114.965	13.841
Mongaguá	19.936	17.821	2.115
Itanhaém	41.132	36.850	4.282
Peruíbe	28.752	25.794	2.958
Total da AI	600.212	543.985	56.227

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

As informações levantadas em campo, junto às secretarias, reforçam o contexto supracitado. De acordo com a secretaria de turismo de Santos, o município tem como **base econômica as atividades portuárias, os serviços e o turismo**. As potencialidades municipais identificadas foram no ramo de petróleo e gás, além da expansão portuária. Assim como Santos, São Vicente também possui um eixo econômico apoiado na logística para atender o porto do município vizinho. Por isso, sua potencialidade econômica é direcionada para as atividades portuárias, como estacionamento de caminhões e transportadoras.

Já as atividades econômicas levantadas sobre os demais componentes da AI, foram: **comércio, serviços e turismo**. E as principais potencialidades para estes são o turismo, com ênfase no parque ecológico Juréia-Itatins e no Parque Estadual Serra do Mar, e a produção rural em Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

Quanto aos distritos industriais existentes na AI, eles estão localizados nos municípios de Santos, São Vicente e Peruíbe, entretanto, o de Peruíbe ainda não funciona completamente, em virtude do risco ambiental, tendo em vista que o município é composto por um mosaico de unidades de

preservação e conservação, segundo as informações da secretaria, e isto implica em maiores restrições de uso e ocupação do solo e comprometimento da qualidade ambiental.

Em relação à **atividade pesqueira**, segundo os gestores municipais, ela é **pouco expressiva como atividade econômica municipal, pois é de pequena escala, embora existam pescadores artesanais em todos os municípios da área de influência**. Apenas **Santos** se destaca nesse cenário, em razão de maior presença de indústrias de pesca que realizam uma **produção pesqueira de maior escala**. Apesar disso, as atividades de serviços e comércio alcançam maiores proporções do que a pesca neste município, que enquanto geradora de renda, não é tão forte.

Por fim, importa destacar que o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista (AGEM, 2014) estabelece alguns Eixos Indutores de Desenvolvimento, a saber:

- **Petróleo e Gás:** Previsão de grandes investimentos, sobretudo em Cubatão, Guarujá e Santos. Estão previstos investimentos em 13 projetos, com valor estimado de R\$114 bilhões;
- **Logística Portuária:** Considerada elemento central para o desenvolvimento da região, com foco no Porto de Santos, com previsão de investimentos na ordem de R\$23 bilhões até 2030.
- **Construção Civil:** Os investimentos previstos para este setor se darão principalmente em Cubatão e Guarujá, ambos não contemplados na Área de Influência Indireta (AII).
- **Polo Industrial da Baixada Santista:** Este eixo traz apenas a orientação para consolidar os efeitos do polo industrial como indutor de desenvolvimento local;
- **Turismo:** turismo industrial em Cubatão e Santos; turismo de pesca em Mongaguá, Peruíbe, Itanhaém e Bertioga; turismo histórico cultural em São Vicente, Itanhaém e Santos; ecoturismo em Peruíbe; turismo de veraneio em Bertioga e Guarujá.

V.3.4 - Caracterização da Área de Influência Direta (AID)

Neste item são abordados elementos que permitem uma sucinta caracterização do Bairro Mirim, integrante da Área de Influência Direta (AID), de modo a oferecer um entendimento mínimo quanto à área de inserção da atividade.

O Bairro Mirim contava, segundo o Censo Demográfico de 2010, do IBGE, com 21.320 habitantes e apresenta padrão de ocupação primordialmente residencial. Este apresentou, entre 2000 e 2010, aumento líquido de 164% de domicílios, ou seja, mais do que duplicou, enquanto no município de

Praia Grande em geral o crescimento na quantidade de domicílios foi de 52%. Assim, se percebe que o bairro, apresentou, no período em questão, processo de crescimento de domicílios bastante superior ao do município no qual se insere. Trata-se, então, de um bairro em processo de expansão da ocupação nos últimos anos.

Quadro V.3.4-1 População e Domicílios no Bairro Mirim e Município de Praia Grande; 2000 e 2010.

Variável	Período	Bairro Mirim	Praia Grande
Domicílios	2000	2.426	55.030
	2010	6.400	83.445
População	2000		191.811
	2010	21.320	262.051

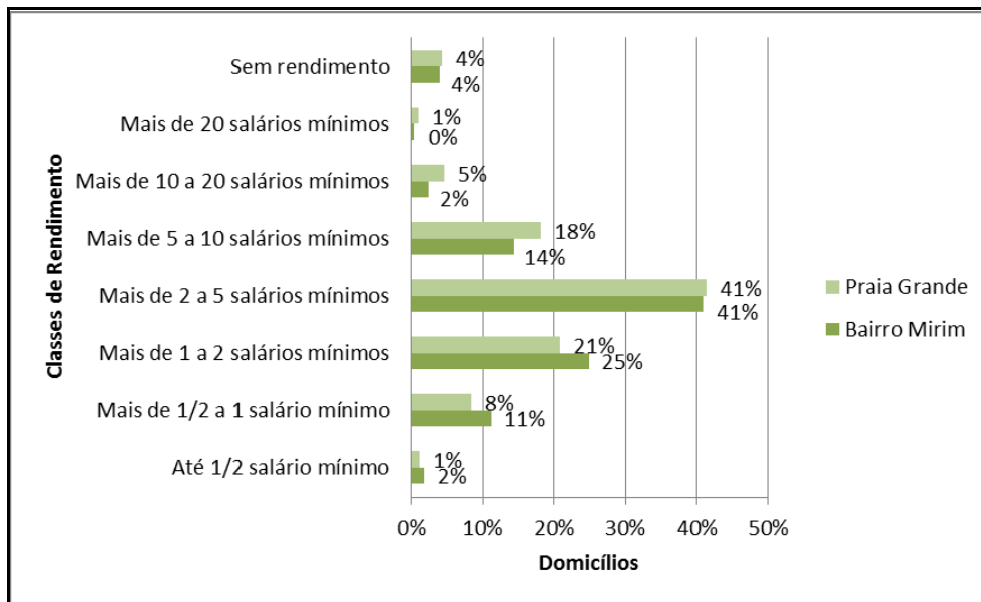
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

A Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Figura V.3.4-1 apresenta dados relativos às classes de rendimento dos domicílios existentes no Bairro Mirim e no município de Praia Grande. De início é possível notar que a percentagem de domicílios cujas classes de rendimento são baixas, até 2 salários mínimos, é superior à observada no município. Por outro lado, os domicílios cujo rendimento é superior a 05 (cinco) salários mínimos são mais numerosos no município de Praia Grande do que no Bairro Mirim.

No município, no entanto, são mais expressivos numericamente os domicílios cuja faixa de rendimento se encontra entre 02 (dois) e 05 (cinco) salários mínimos.

Estes dados sugerem que este bairro apresenta população com nível de renda ligeiramente inferior à encontrada de modo geral no município de Praia Grande. Em níveis comparativos, no Bairro Mirim 38% dos domicílios têm rendimento de até 02 (dois) salários mínimos, enquanto que em Praia Grande, onde se encontra o bairro, este percentual é de 30%.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Figura V.3.4-1 - Domicílios por classes de rendimento no Bairro Mirim e Município de Praia Grande

Além da faixa litorânea do Bairro Mirim, a área afetada contempla uma área de isolamento ao redor do local de instalação do empreendimento na faixa de areia. Neste local foi identificada a presença de trecho do Emissário Submarino da SABESP. Já na calçada existe um quiosque a pouco menos de 40 metros de distância do ponto de instalação.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura V.3.4-2 Vista para a porção sul da área de desembarque do cabo. Manilha 2 e praia.



Figura V.3.4-3 Vista para o calçadão desde a área de desembarque do cabo

V.3.5 - Caracterização da atividade pesqueira e das comunidades de pesca da área de influência

V.3.5.1 - Introdução

Neste tópico procurou-se obter um entendimento mais amplo possível da atividade pesqueira nas áreas de influência do projeto ora viabilizado, na finalidade de subsidiar posteriores avaliações de eventuais efeitos negativos e/ou positivos decorrentes da implantação do sistema de cabo submarino sobre a atividade pesqueira. De saída, importa pontuar que já há na Área de Influência Indireta (AII), e já é de amplo conhecimento dos pescadores locais, a existência de alguns outros empreendimentos lineares cujas interferências são semelhantes às cotejadas neste estudo: o gasoduto da Petrobrás e dois outros sistemas de informação por cabeamento. O processo de instalação destas estruturas foi vivenciado ativamente pela comunidade pesqueira das áreas de influência, atuantes há bastante tempo na região, e os efeitos são conhecidos. De modo que restou conhecer um tanto mais do contexto de inserção da Pesca na baixada santista, bem como interessou uma análise longitudinal na finalidade de entender a evolução desta atividade ao longo dos últimos dezoito anos, desde quando se iniciaram as pesquisas acadêmicas na região. Tudo isto para tentar inferir sobre a importância relativa da atividade de pesca no cenário de inserção do projeto. Para tanto, mobilizou-se dados estatísticos fornecidos pelo Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, com o intuito de medir o tamanho da produção regional. Posteriormente, estes dados foram qualificados em campo, quando foram entrevistadas lideranças de pescadores locais e gestores públicos. No relato que segue ver-se-á como estas informações foram organizadas desde uma perspectiva histórica, até um descritivo do cenário atual, em termos de condições materiais e organizacionais de realização da atividade pesqueira nas áreas de influência.

V.3.5.2 - Histórico da atividade pesqueira na área de influência.

A partir de 1967, como um dos desdobramentos da política econômica prevista na Constituição outorgada naquele ano, a Pesca recebeu substanciais incentivos fiscais, por parte do governo brasileiro, o que acarretou em rápida aceleração do processo de modernização da atividade. São desta época as inúmeras indústrias de pesca atualmente atuantes nas águas brasileiras, fossem elas fundadas ou ampliadas à época, e data também daqueles anos o intenso processo de capitalização da pesca cujas bases eram as cidades do Rio de Janeiro e Santos. De saída, o desembarque da produção pesqueira era destinado em menor parte para o abastecimento interno, porém em sua significativa maior parte destinada ao mercado externo (DIEGUES, 1977).

Consequência quase natural deste processo de robustos investimentos governamentais no setor, por volta de 1972/73 a Pesca padeceu de brusca queda na produtividade das espécies-alvo, notadamente camarão e sardinha, incentivando nova migração - agora interna - de embarcações que passaram a procurar as espécies de fundo; e ainda provocando a falência de vários dos novos barcos ou indústrias (CASTRO, 1998).

No Estado de São Paulo, a pesca como atividade econômica desenvolveu-se no começo do século XX, como uma fonte alternativa de renda, substituindo lentamente as atividades agrícolas da zona litorânea que, por diversos fatores, já não se mostravam rentáveis. À época, barcos pesqueiros de Santos margeavam a costa até as regiões de Ubatuba e Cananéia em busca de pescado, o que alavancou o desenvolvimento da atividade em todo o litoral centro e sul. Nesta faixa, outros municípios de interesse como: Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe não apresentaram, nesta época, a mesma evolução, permanecendo com quantitativos de desembarque pouco significativo (SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1989).

A produção pesqueira marítima no Brasil apresentou no período de 1965-1979, um aumento considerável de 147,6%, saindo de 294 mil toneladas em 1965 para chegar a 728 mil toneladas em 1979. Após o íterim de três anos de queda da produção, esta atingiu seu máximo em 1985 com 756 mil toneladas. A partir deste ano a produção começou a cair gradativamente chegando a 585 mil toneladas em 1991 (IBAMA, 1997). Atualmente, a produção de pescado marítimo e estuarino no Brasil tem mostrado claros sinais de sobrepesca dos principais recursos, como a sardinha, o camarão rosa, o camarão sete-barbas e algumas espécies de peixes demersais. Aquela primeira, inclusive, individualmente tem sido responsável por cerca de 30% da produção marítima nacional, (DIAS-NETO *et al.*, 1997; *apud* BERTOZZI, 2002).

BERTOZZI (2002), sobre este ponto, ao discutir as projeções estatísticas empreendidas por NEIVA & MOURA (1977), questionou os resultados das estimativas propostas pelos autores. De acordo com projeções, nos dias de hoje a produção pesqueira para águas brasileiras de até 200m de profundidade, estaria projetada num potencial anual de captura sustentável variando entre 1,4 milhão de toneladas e 1,7 milhão de toneladas. O questionamento da autora advém do fato de que não apenas a produção nacional marinha jamais ultrapassou as 756 mil toneladas alcançadas no ano de 1985, mas também em virtude da situação calamitosa dos principais estoques pesqueiros, vitimados pela **sobrepesca recorrente**.

Tal qual se verá adiante, a realidade pesquisada em campo denota uma perpetuação do cenário desenhado nesta introdução: uma produção mais significativa em Santos e São Vicente, porque de caráter mais industrial, e uma produção menos impactante, mais artesanal, nos demais municípios da área de influência, consolidando o cenário que veio sendo desenhado desde as últimas décadas do século passado.

V.3.5.3 - Caracterização da atividade pesqueira

REIS (1993) reúne vários elementos que quando analisados individualmente categorizam a atividade pesqueira de formas distintas. Segundo o autor, a Pesca frequentemente se organiza quanto ao tamanho da embarcação, potência do motor, tipo de arte, área de atuação ou por combinação desses fatores.

Formalmente, o governo brasileiro, por meio da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE categorizou a pesca extrativista marítima brasileira em dois níveis, sendo i) a pesca artesanal, dinamizada por canoas, jangadas e embarcações de até 20 toneladas de arqueação bruta; e ii) a pesca industrial, que utiliza embarcações com porte superior àquelas 20 toneladas, embora esta categorização não retrate de maneira fidedigna as diferentes condições de pesca, sendo necessário para tal o dimensionamento da base de produção, os meios de administração e outros critérios de propriedade sobre as embarcações e sobre a produção (BERTOZZI, 2002).

Outra forma de entendimento da realidade da pesca no Brasil é apresentada no volume de DIAS-NETO *et al.*(1997). Nessa, os autores caracterizam três modalidades de Pesca: *subsistência*, exercida tão somente com o objetivo de obtenção do alimento, não tendo finalidade comercial e praticada com técnicas rudimentares; *artesanal* ou de pequena escala, que abrange o segmento das atividades pesqueiras exercidas com foco comercial combinado com o de obtenção de alimento para a família; e *comercial*, tendo este segmento tal finalidade exclusiva. O que diferencia cada uma das três modalidades, uma das outras, são os aspectos administrativos da atividade, tal qual ressaltado anteriormente. A dinâmica da primeira é dependente de material de pesca, petrechos e embarcações construídas pelos próprios pescadores, que empregam matérias-primas naturais. A segunda está um pouco mais associada ao mercado local: mobiliza estaleiros, fornecedores e insumos locais para aquisição de pequenas ou médias embarcações, algumas vezes com propulsão motorizada - na maioria das vezes, não - com petrechos construídos com um pouco mais de tecnologia; dinamiza-se ainda na plataforma continental, em distâncias variáveis, mas com limites aproximados a 4 milhas da praia; por causa deste descolamento, lança

mão, ou não, equipamento básico de navegação; todo este aparato proporciona volumes pequenos ou médios de captura. A terceira modalidade apresenta mecanização a bordo; propulsão motorizada, sempre com motores a diesel, de potência mais elevada; equipamento eletrônico de navegação e detecção; o material do casco pode ser de aço ou de madeira; a pesca industrial oceânica envolve embarcações aptas a operarem em toda a Zona Econômica Exclusiva, incluindo áreas oceânicas mais distantes, mesmo em outros países; no geral são embarcações de maior autonomia, podendo inclusive industrializar o pescado ainda a bordo.

Para este estudo, importa frisar que nas áreas de influência do empreendimento em tela **predomina a pesca do tipo artesanal**, que possui as características supracitadas e que vem se consolidando ao longo do tempo, tal qual diagnóstico feito por BERTOZZI (2002) e de acordo com informações colhidas, em campo, pela equipe técnica, na oportunidade de elaboração deste estudo.

V.3.5.3.1 - Embarcações

Dados colhidos em campo informam que as embarcações utilizadas pela comunidade pesqueira, atuante nas áreas de influência, em geral são lanchas de alumínio, medindo entre 4m e 7m de comprimento, sendo equipadas com motor de popa, com potência variante de 15HP a 40HP. Ocorrências menos frequentes, mas ainda relatadas, são de canoas de madeira, no mais das vezes com 8m de comprimento, movida com motor de centro de 18HP. Mantendo as características descritas para esta modalidade de pesca artesanal, as embarcações não estão equipadas com rádio ou com quaisquer outros equipamentos de navegação. Da mesma forma não estão preparadas para armazenamento e/ou refrigeração do pescado. No cotidiano da atividade, já no mar, ninguém vai pescar sozinho. No geral, as embarcações levam dois ou três pescadores que se alternam dentre as funções de pesca, limpeza do pescado e negociação da produção. Na maior parte das vezes, o proprietário do barco é também o detentor do recipiente de estocagem do pescado, eventualmente do ponto de venda da produção, ou é conhecedor dos meios para o escoamento da produção. Em síntese, é quem comanda a "tripulação" ao longo das empreitadas no mar. No retorno ao continente, o pagamento pelo esforço é feito de maneira proporcional: a maior parcela dos rendimentos fica com o dono do barco e o restante é rateado entre os demais participantes da pescaria de acordo com o esforço ou investimento de cada um.

V.3.5.3.2 - Artes de Pesca

De acordo com o relato dos pescadores entrevistados em campo, as artes de pesca mais frequentes para a realização dos trabalhos cotidianos são as **redes de espera, as redes de arrasto e as redes de fundo (demersais)**. Ainda conforme relatos locais, tais ferramentas são mobilizadas na região desde as gerações mais antigas. Indício desta ocorrência é a semelhança entre os relatos colhidos em campo nesta oportunidade e os dados compilados por BERTOZZI (2002) acerca do descritivo das artes de pesca na Área de Influência: segundo a autora, e tal qual aferido em campo, as redes são confeccionadas em nylon monofilamento, tendo como material de flutuação o isopor e como material de peso o chumbo. No geral, o tamanho das malhas variou de 7cm a 30cm entre nós opostos esticados; e o número de panos variou de 2 (120m) a 30 (1800m), sendo a altura cambiante entre 1,5 e 10m, dependendo do tipo de rede. A utilização de cada tipo de rede depende das espécies alvo e das condições meteorológicas (BERTOZZI, 2002).



Fonte: Elaboração Ecology Brasil. Pesquisa em Campo. Março/2015.

Figura V.3.5-1 - Foto com vista para pescador confeccionando rede de espera - Santos (SP)



Figura V.3.5-2 - Foto com vista para almoxarifado onde estão armazenados os materiais de pesca da Colônia Z-01 de Santos (SP)

Todo o material para confecção das redes: panos, cabos, chumbos, bóias são comprados prontos em lojas de pesca especializadas da região, de acordo com os entrevistados. Cada tipo de rede é costurado seguindo técnicas diferentes dependendo de sua finalidade, ou seja, a que espécie alvo se destina, sendo este processo conhecido localmente como entralhe. Durante o entralhe os panos são ligados ao cabo superior, no qual são colocadas as bóias, sendo estas de tamanho e formato específico para cada tipo de rede; e são ligadas também ao cabo inferior, no qual são colocados os chumbos, sendo que estes não apresentaram variação de tamanho entre os diferentes tipos de rede (BERTOZZI, 2002).

Os relatos dos entrevistados não foram unânimes quanto ao tipo de rede especial para a coleta de tal o qual tipo de peixe. Entretanto a pesquisa de BERTOZZI (2002) serve de norte para este entendimento do cotidiano da utilização das artes de pesca na Área de Influência. Segundo a autora:

“Dentre as redes demersais, a “pescada”, utilizada para captura de pescadas (Sciaenidae), principalmente a pescada-foguete Macrodon ancylodon, conhecida localmente como pescada-amarela, foi a de maior uso no período de estudo. As “malha 12” e “malha 14”, são redes demersais conhecidas localmente como “fundo grossa” e são utilizadas na captura da corvina Micropogonias furnieri. A rede de fundo “linguado” foi utilizada apenas por uma embarcação, durante um curto período de tempo, tendo como espécie alvo o linguado. A rede “boeira”, amplamente utilizada pelas embarcações, tem como espécies alvo a cavala Scomberomorus brasiliensis, cações e a guaivira Oligoplites saliens, a rede “malhão” utilizada para captura de robalo Centropomus spp.; e a rede “feiticeira”, utilizada para captura de tainha Mugil platanus” (pp 32-33).

V.3.5.3.3 - Produção Desembarcada

Pesquisas sobre ictiofauna marinha (MATSUURA, 1981) discutem como as áreas costeiras do Estado de São Paulo se constituem em relevantes spots para desova de peixes, reservando com abundância ovos e larvas ao longo de todas as estações, em faixas que vão desde a proximidade com a costa até a isóbata de 200m. Outra série de pesquisas² (SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1989) conclui que a região da Baixada Santista foi por muito tempo um dos ecossistemas marinhos mais produtivos da costa brasileira e, em virtude da intensa poluição, aliada à sobrepesca, vê declínio na produção de várias espécies de interesse comercial. Tanto é assim que em 1985, o Estado de São Paulo era importante centro produtor de pescado, participando com 20% da produção nacional (SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1989); e em 2010 esta produção representava 4,2% do total desembarcado no Brasil (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2012). Dados de 2009 e 2010 denotam para a pesca extrativista marítima uma produção de 27.561,1ton e 22.440,0ton, respectivamente, elucidando um pouco melhor a tendência de declínio observada. Em paralelo, é em São Paulo onde se encontra o maior mercado consumidor do país e, apesar do potencial de

² FUNDESPA (1999) realizou um trabalho de grande importância para a região, levantando dados sobre oceanografia geológica, física, química e biológica da região do Guarujá, baía de Santos-São Vicente, Praia Grande e Mongaguá, sendo este o único trabalho feito na região integrando as diversas áreas da oceanografia, a fim de se avaliar a influência dos emissários submarinos sobre o ecossistema marinho.

disponibilidade de recursos, a produção de pescado, como visto, mostra um decréscimo do volume de produção das principais espécies e há necessidade de recorrer à produção de outras localidades, principalmente Santa Catarina, maior produtor do país. Sobre a produção de outros estados, vale dizer, de acordo com a percepção dos gestores públicos locais a pesca industrial foi o alavancador deste declínio, na medida em que as grandes embarcações se deslocavam principalmente do sul do país para águas paulistas, em busca da mencionada abundância de recursos, e levavam a produção para desembarque em seus pontos de origem, contribuindo para que houvesse tanto um déficit no abastecimento do mercado paulista, quanto também déficit na produção no Estado de São Paulo.

Na prática cotidiana dos municípios da área de influência, a produção explorada é vendida diretamente ao público, no mais das vezes em pontos de venda formais, organizados pelas prefeituras municipais, localmente conhecidos como “Boutiques de Peixes”. Em algumas oportunidades, estas informais, esta comercialização é feita diretamente nas praias, onde os compradores retiram o pescado diretamente dos barcos, ainda sem beneficiamento. De fato, estes pontos de venda conferem melhores condições de trabalho e de escoamento para a pesca artesanal da região. Em situações em que a quantidade de pescado capturado é superior ao consumido pelo mercado da região este é vendido para peixarias de maior porte.



Figura V.3.5-3 - Foto com vista para ponto de comercialização do pescado organizado pela prefeitura de Santos



Figura V.3.5-4 - Foto com vista para pescado organizado, por tipo, nos pontos de venda de Santos



Fonte: Elaboração Ecology Brasil. Pesquisa em Campo. Março/2015.

Figura V.3.5-5 - Foto com vista para excedente da produção sendo transportada para outros centros desde o Porto de Santos (SP)



Figura V.3.5-6 - Foto com vista para caminhão frigorífico organizando produção para ser escoada em outros centros desde o Porto de Santos (SP)

Em termos quantitativos, nos municípios da AI em 2014, foram exploradas mais de trezentas toneladas de pescado, nas quase vinte e três mil descargas da produção feitas nos pontos de desembarque. Este processo movimentou quase três milhões de reais em termos de capital circulante. Chama atenção o fato de que, comparado com 2013, houve um maior número de desembarques em 2014, porém com uma carga total menor, denotando uma queda de 2,07% de um ano para outro, na relação peso/descarga, embora o valor total arrecadado com a venda da produção em 2014 tenha sido 29,1% maior do que aquele obtido em 2013. Com relação aos municípios em particular, os pescadores de Peruíbe têm se mostrado mais eficientes, na medida em que auferem um maior valor total da produção, com um menor número de desembarques - o que pode estar vinculado ao maior número de barcos originários dali atuando simultaneamente. Destacadamente, o maior número de descargas é feito em Praia Grande. Mongaguá e Itanhaém têm patamares medianos para todas as variáveis. O Quadro V.3.5-1 resume esta discussão.

Quadro V.3.5-1 - Estatísticas da Pesca na Área de Influência: peso total, descarga total, valor total e unidades produtivas totais envolvidas na atividade, 2013-2014

MUNICÍPIO	ANO BASE - 2013			
	Peso Total	Nº de Descargas Total	Nº de Unidades Produtivas Total	Valor estimado Total
Itanhaém	65.609,2	3.373	1.230	R\$ 472.164,34
Mongaguá	69.495,6	5.987	1.243	R\$ 546.456,11
Peruíbe	92.269,3	5.084	2.279	R\$ 814.701,93
Praia Grande	77.325,4	8.228	1.579	R\$ 445.490,81
Total AI	304.699,5	22.672	6.331	R\$ 2.278.813,19

MUNICÍPIO	ANO BASE - 2014			
	Peso Total	Nº de Descargas Total	Nº de Unidades Produtivas Total	Valor estimado Total
Itanhaém	67.028,9	3.578	1.181	R\$ 697.575,58
Mongaguá	73.450,1	5.038	992	R\$ 505.094,34
Peruíbe	78.724,6	4.939	2.048	R\$ 947.847,86
Praia Grande	82.878,6	9.397	1.446	R\$ 790.603,40
Total AI	302.082,2	22.952	5.667	R\$ 2.941.121,18

Fonte: Instituto de Pesca do Estado de São Paulo. Banco de Dados Estatístico. Relatórios Públicos.

Com relação aos períodos mais produtivos, nota-se que o quadrimestre novembro - fevereiro é o mais produtivo na AI, havendo tanto um maior número de desembarques, quanto uma maior carga explorada. Em Praia Grande (Figura V.3.5-10) e Itanhaém (Figura V.3.5-7) o pico da produção é atingido no mês de novembro, enquanto que em Peruíbe (Figura V.3.5-9) e Mongaguá (Figura V.3.5-8) os picos são em janeiro e abril, respectivamente. Estes períodos de pico, no mais das vezes estão vinculados ao tipo de pesca que é realizada pelas unidades produtivas destas localidades e, também, como é aproveitado o período de defeso pelos pescadores de um município ou outro. Em alguns deles, pode haver maior disponibilidade de um recurso pesqueiro, por exemplo o caranguejo, no período em que o camarão está em defeso - duas espécies bastante procuradas pelos pescadores da AI.

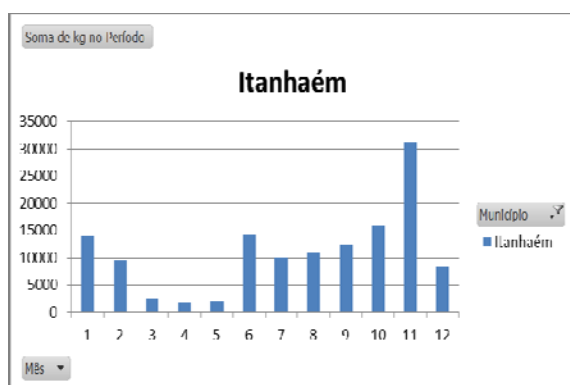


Figura V.3.5-7 - Distribuição mensal da pesca em Itanhaém, por peso desembarcado, no agregado dos anos de 2013 e 2014

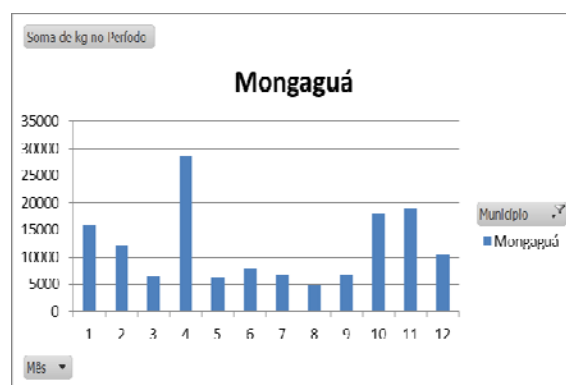


Figura V.3.5-8 - Distribuição mensal da pesca em Mongaguá, por peso desembarcado, no agregado dos anos de 2013 e 2014

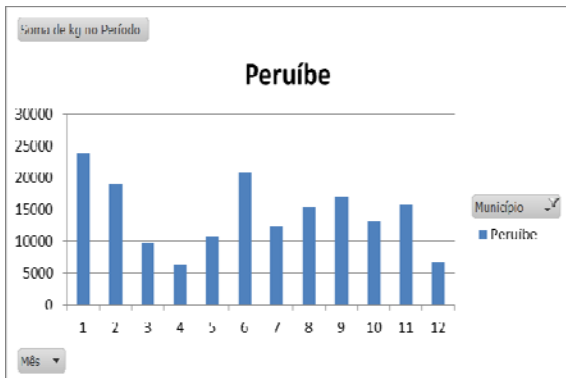


Figura V.3.5-9 - Distribuição mensal da pesca em Peruibe, por peso desembarcado, no agregado dos anos de 2013 e 2014

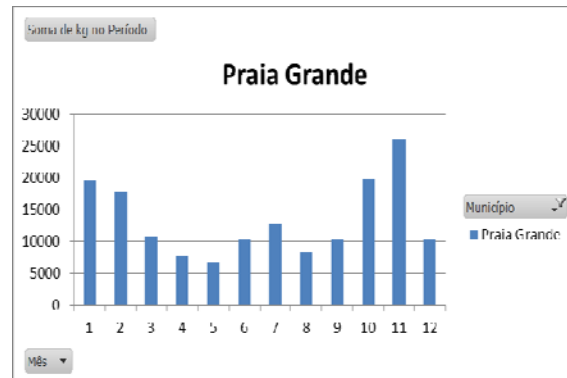


Figura V.3.5-10 - Distribuição mensal da pesca em Praia Grande, por peso desembarcado, no agregado dos anos de 2013 e 2014

Fonte: Instituto de Pesca do Estado de São Paulo. Banco de Dados Estatístico. Relatórios Públicos.

De acordo com dados do Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, agregados para os anos de 2013 e 2014, **quatro espécies se destacam na produção pesqueira da AI. São elas o Camarão Sete-Barbas, a Corvina, a Mistura e a Pescada-Foguete.** Todas estas quatro espécies desembarcam mais de uma tonelada por mês e, igualmente, são as mais regulares nas descargas ao longo do ano. Conforme leitura da Figura V.3.5-11 estas espécies são descarregadas em todos os meses do ano, estando o camarão sete-barbas ausente apenas nos meses de março e abril, seu período de defeso. Adiante, a Figura V.3.5-12 mostra a diferença da quantidade pescada das quatro espécies mais frequentes, conforme o Quadro V.3.5-3, em relação à todas as outras espécies capturadas nas águas da AI. Sobre este último aspecto, inclusive, o Quadro V.3.5-2 informa os períodos de defeso mais impactantes para a produção pesqueira da AI, de acordo com a percepção dos pescadores entrevistados nas colônias visitadas.

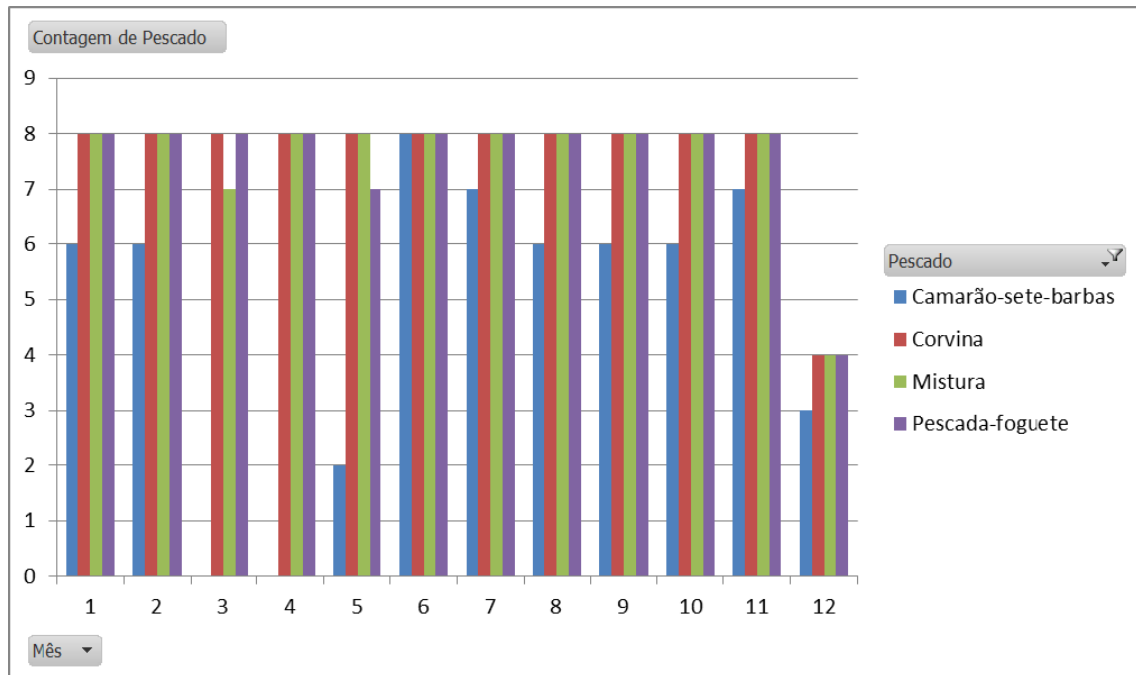


Figura V.3.5-11 - Distribuição mensal de desembarques por espécie de peixe pescado na AI, valores agregados para os anos de 2013 e 2014

Fonte: Instituto de Pesca do Estado de São Paulo. Banco de Dados Estatístico. Relatórios Públicos.

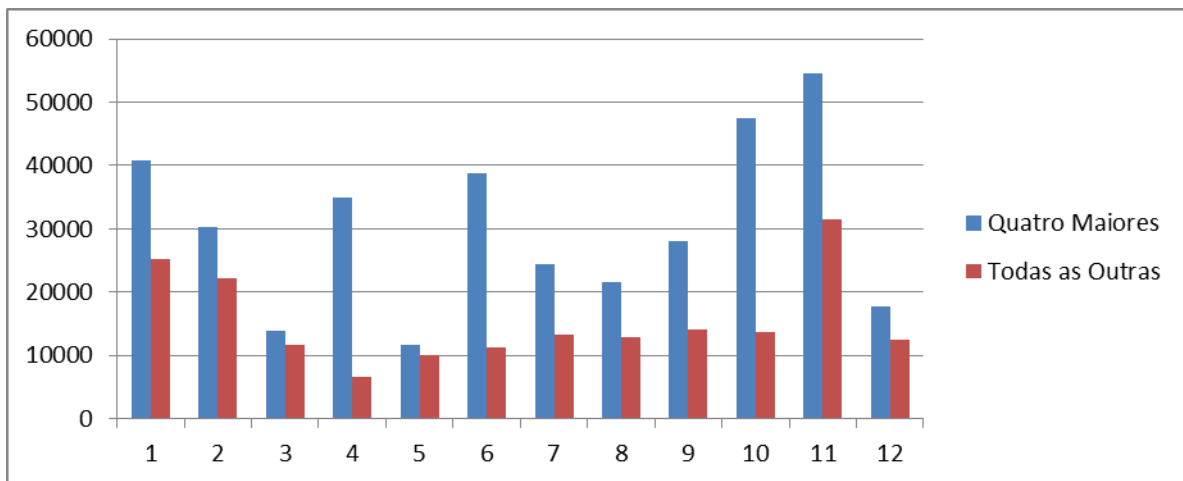


Figura V.3.5-12 - Perspectiva comparada da distribuição mensal da quantidade (kg) pescada na AI, valores agregados para os anos de 2013 e 2014

Fonte: Instituto de Pesca do Estado de São Paulo. Banco de Dados Estatístico. Relatórios Públicos.



Figura V.3.5-13 - Foto com detalhe para a oferta de Corvina - espécie abundante na área de influência - ponto de venda em Peruíbe

Fonte: Elaboração Ecology Brasil. Pesquisa em Campo. Março/2015.



Figura V.3.5-14 - Foto com detalhe para a oferta de Camarão e Pescada-Foguete - espécies abundantes nas áreas de influência - ponto de venda em Peruíbe

Quadro V.3.5-2 - Indicação do período dos períodos de defeso mais impactantes para a produção pesqueira da AI

Espécie	Período	Recebe Seguro Defeso?
Camarão	1º de março - 31 de maio	Sim
Mexilhão	1º de outubro - 30 de novembro	Sim
Caranguejo	1º de setembro - 30 de novembro	Sim
Piracema	1º de novembro - 28 de fevereiro	Sim
Mexilhão	1º de outubro - 31 de dezembro	Sim
Ostras	18 de dezembro - 18 de fevereiro	Sim
Bagre rosado	1º de janeiro - 30 de março	Sim

Fonte: Elaboração Ecology Brasil. Pesquisa em Campo. Março/2015.

Ainda de acordo com o relato dos pescadores entrevistados em campo, os valores da produção variam de acordo com a sazonalidade - temporada de veraneio, ou temporada de abundância da espécie - e variam de acordo com o esforço de beneficiamento da produção logo após o desembarque. Tomando como exemplo as quatro espécies mais frequentes nos mercados da AI, conforme demonstrado acima, o preço médio de venda do camarão varia de R\$15 a R\$20, de acordo com a alta ou baixa temporada; o da corvina varia de R\$5 a R\$10; o da mistura e da pescada-foguete oscilam menos: variam de R\$9 a R\$10. Balizando esta discussão, no Quadro V.3.5-3 abaixo tem-se o valor estimado, por quilo, de cada uma das espécies desembarcadas na AI ao longo dos anos de 2013 e 2014 (valores agregados), baseado nos valores estimados totais registrados pelo Instituto de Pesca. Nesta perspectiva tem-se que o camarão, os robalos e os caranguejos são os produtos mais valiosos da pesca na AI.

Quadro V.3.5-3 - Valores absolutos e relativos da produção pesqueira na AI por tipo de espécie explorada

Espécies Explotadas	Peso Total	Valor estimado Total	Valor estimado por Kg
Bagre-branco	4.005,8	R\$ 29.921,32	R\$ 7,47
Betara	14.317,4	R\$ 86.241,10	R\$ 6,02
Bicuda	2.833,5	R\$ 28.431,30	R\$ 10,03
Camarão-legítimo	8.258,6	R\$ 254.584,48	R\$ 30,83
Camarão-rosa	136,4	R\$ 2.041,50	R\$ 14,97
Camarão-sete-barbas	94.943,6	R\$ 926.354,15	R\$ 9,76
Cambeva	6.430,9	R\$ 62.859,08	R\$ 9,77
Caranguejos agrupados	7.003,7	R\$ 97.528,60	R\$ 13,93
Caranguejo-uçá	5.463,3	R\$ 44.623,85	R\$ 8,17
Corvina	28.538,4	R\$ 270.233,04	R\$ 9,47
Guaivira	27.729,5	R\$ 177.942,11	R\$ 6,42
Mexilhão	31.168,3	R\$ 367.012,25	R\$ 11,78
Mistura	101.888,5	R\$ 297.236,61	R\$ 2,92
Oveva	24.293,3	R\$ 131.346,43	R\$ 5,41
Pescada-foguete	138.774,0	R\$ 1.348.002,37	R\$ 9,71
Robalo-flecha	7.981,0	R\$ 184.820,02	R\$ 23,16
Robalo-peva	19.422,6	R\$ 261.851,18	R\$ 13,48
Sari-sari	7.445,0	R\$ 32.816,43	R\$ 4,41
Sororoca	11.423,0	R\$ 108.203,89	R\$ 9,47
Tainha	10.746,0	R\$ 108.294,01	R\$ 10,08
Total Geral	552.802,7	R\$ 4.820.343,72	R\$ 8,72

Fonte: Instituto de Pesca do Estado de São Paulo. Banco de Dados Estatístico. Relatórios Públicos.

V.3.5.4 - Caracterização das comunidades pesqueiras

Neste tópico, será abordada a composição das comunidades pesqueiras da Área de Influência, a princípio entendidas como comunidades diretamente afetadas pelas obras de instalação do empreendimento, para em seguida avaliar se a dinâmica destas comunidades se relaciona positiva ou negativamente com fatores externos, quais sejam, a política direcionada para a pesca, o contexto da economia regional e a interferência de demais empreendimentos semelhantes. Os dados que balizaram a análise que segue foram coletados junto ao banco estatístico do Instituto de Pesca do Estado de São Paulo e posteriormente aferidos em campo, ao longo das entrevistas com representantes locais. Estão organizados no **Quadro V.3.5-4**.

Os seis municípios que juntos compõem a Área de Influência do Meio Socioeconômico possuem população total de 1.207.019 habitantes (IBGE, 2010). O mais populoso, Santos, concentra 34,7% do montante, enquanto que em Mongaguá, o menos populoso, residem 3,9% deste contingente. Em relação a estes totais, o número de pescadores é pequeno, o que de saída denota que **a Pesca**

não é atividade de significativo impacto sobre a demografia regional. O número relativo de pescadores sobre a população total da AI é de 0,19%, sendo proporcional a 0,34% da população santista, e 0,01% da população de São Vicente (INSTITUTO DE PESCA, 2010).

Em termos absolutos, dado que nos interessa mais, o número total de pescadores na AI é de 2.263 e a distribuição espacial deles reflete bem o desenvolvimento socioeconômico de cada município que os abrigam: a maior parte deles (1.440) reside em Santos, cidade polo da AI e localidade com maior número de pontos de desembarque, o que facilita tanto o acesso à atividade pesqueira, propriamente, quanto facilita o acesso aos recursos fundamentais (culturais, materiais, econômicos) para realização da Pesca. Em Santos, este número é impactado por pescadores vinculados formalmente a indústrias de pesca, embora parcela maior de indivíduos seja mesmo constituída por pescadores artesanais e amadores. Peruíbe tem a maior relação pescador/habitante de toda a AI (0,77%), dado que pode denotar uma significância um pouco maior da Pesca para esta localidade. Tanto é assim, que em Peruíbe foi fundada a Colônia de Pescadores Z-05 "Júlio Conceição" para a organização da atividade no local.

Sobre a realidade das colônias, vale dizer, que esta forma de organização não expressa muito bem a realidade da Pesca, em termos quantitativos. Isto porque, a princípio, nem todo pescador está vinculado a uma Colônia de Pesca. Ademais, dentre os filiados, nem todo pescador é representado pela Colônia do seu município de origem. Por fim, a carência de recursos financeiros e tecnológicos compromete o cadastramento e arquivamento dos filiados por parte das colônias, o que acarreta em perda do controle do número de associados em cada caso. De toda forma, segundo informações fornecidas pela Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo, nas colônias representativas da AI há um número aproximado a 20.000 filiados. Estes, todavia, têm origem espacial difusa, principalmente aqueles vinculados às Colônia de Pescadores Z-01 "José Bonifácio", de Santos, e Colônia de Pescadores Z-4 "André Rebouças", de São Vicente, e muitas vezes não tem atuação permanente como pescadores. Por estas razões, o dado que melhor expressa os quantitativos da população pesqueira da AI são aqueles coletados pelo Instituto da Pesca do Estado de São Paulo, que mantém monitoramento frequente e dados atualizados da situação da atividade na Área de Influência. Foram os dados desta fonte, inclusive, que utilizamos para a elaboração deste diagnóstico, conforme discutido acima.

Ainda de acordo com os dados compilados pelo Instituto da Pesca, os quantitativos mais recentes (2010) dão conta de que o número de embarcações mapeadas na AI é de 882 e, tal qual visto para o número de pescadores, está em Santos o maior número de barcos ancorados (404), com

outra grande monta partindo desde Peruíbe (276). Os demais municípios têm maior ou menor número de embarcações vinculado a maior ou menor número de pontos de desembarque.

No período entre 2009 e 2013, dados da mesma fonte, foram realizados 85.759 desembarques nos vários pontos existentes na AI. Vale dizer que um mesmo barco pode ter feito vários desembarques ao longo do ano. De toda forma, seguindo a tendência, Santos e Peruíbe têm os maiores quantitativos. O mesmo ocorrendo para o quantitativo do peso desembarcado. Dado interessante, ao olharmos para o **Quadro V.3.5-4**, é que a relação entre peso/desembarque diz sobre o tamanho das embarcações utilizadas e, neste ponto, parecem estar em Itanhaém os maiores tamanhos médios de embarcações na AI.

Quanto aos valores da produção, e a representatividade da mesma em termos relativos a todo o Estado de São Paulo, a Pesca na AI pode ser considerada incipiente, em termos globais. Embora não se ignore neste estudo que a atividade é a principal forma de sustento daqueles envolvidos listados e, por isso, tem importância relativa no contexto de sua inserção. De toda forma, as atividades industriais, principalmente em Santos e São Vicente, e as atividades ligadas ao comércio e aos serviços de apoio ao turismo, nos demais municípios, são os carros-chefes da economia regional. Estes pescadores realizam suas atividades numa área aproximada a 695.600 hectares, que se estende pelos 188km de costa, que vai desde Peruíbe até o Guarujá, e que se estende por cerca de 37km (20,5 milhas náuticas) desde a praia até a Laje de Santos, marco de navegação dos pescadores (2709-00-EAS-MP-4001-01 - Mapa da Área de Pesca).

Nos termos apresentados até aqui a comunidade pesqueira da AI estará em maior ou menor medida sujeita a interferências do empreendimento. Tais interferências serão agravadas ou mesmo amenizadas pela incidência de outras variáveis discutidas adiante. De toda forma, o **Quadro V.3.5-4** é importante balizador do potencial de interferência do projeto ora viabilizado sobre a comunidade potencialmente afetada por ele.

Quadro V.3.5-4 - Dados de Caracterização da Comunidade Diretamente Afetada pelo Projeto

	Santos	São Vicente	Praia Grande	Mongaguá	Itanhaém	Peruíbe
Pescadores Atuantes	1.440	29	126	71	136	461
Embarcações Atuantes	404	19	63	48	72	276
Desembarques Realizados	47.153	4.961	9.890	6.964	4.852	11.939
Peso Desembarcados	86.087,5	555,0	365,5	302,0	245,5	600,0
Valor da Produção Desembarcada	R\$ 290.000	R\$ 1.240	R\$ 1.700	R\$ 1.115	R\$ 1.295	R\$ 3.100
Representatividade da Produção	11,50%	1,20%	2,40%	1,70%	1,20%	2,90%

	Santos	São Vicente	Praia Grande	Mongaguá	Itanhaém	Peruíbe
Colônia de Pesca Representativa	Colônia Z-01; Colônia de Pescadores Z-04;	Colônia Z-01; Colônia de Pescadores Z-04;	Colônia Z-01; Colônia de Pescadores Z-04;	Colônia Z-01; Colônia de Pescadores Z-04; Colônia de Pescadores Z-13	Colônia Z-01; Colônia de Pescadores Z-13	Colônia Z-01; Colônia de Pescadores Z-05
Número Estimado de Filiados nas Colônias	20.000					
Área de Atuação dos Pescadores	Litoral Centro - Porção Costeira até o "final das lajes" - Laje de Santos (20,5 milhas)	Litoral Centro - Porção Costeira até o "final das lajes" - Laje de Santos (20,5 milhas)	Litoral Centro - Porção Costeira até o "final das lajes" - Laje de Santos (20,5 milhas)	Litoral Centro - Porção Costeira até o "final das lajes" - Laje de Santos (20,5 milhas)	Litoral Centro - Porção Costeira até o "final das lajes" - Laje de Santos (20,5 milhas)	Litoral Sul - Porção Costeira até Cananéia

Fonte: Instituto de Pesca do Estado de São Paulo. Banco de Dados Estatístico. Relatórios Públicos.

V.3.5.4.1 - Colônias e Associações

Em virtude da posição de protagonistas e de difusoras da pesca organizada em nível comercial pelo país afora, as colônias paulistas, emergindo desde Santos (Colônia Z-1) para outras partes do Estado, percorreram o caminho ideal para a criação de organizações sociais. Houve a reunião de partes interessadas em torno de um objeto, a necessidade de organização e ampliação da atividade pesqueira, e a partir daí as organizações se dinamizaram na busca de interesses específicos, que culminaram na criação da Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo, que por sua vez monitora, organiza e encaminha demandas de seus pescadores filiados. A princípio, no Estado de São Paulo parece haver significativa organização neste sentido. No contexto da AI, as **Figura V.3.5-15** e **Figura V.3.5-16** apresentam as colônias de Peruíbe e Itanhaém, respectivamente.

Este, pelo menos, é o entendimento obtido através do relato dado pela presidente da Colônia Z-4 de São Vicente, durante conversa com a equipe técnica responsável por este estudo. Outro principal motivador da consolidação da organização social em torno da atividade, este universal para todas as partes do país, é o fato de que desde o final dos anos 90, depois de determinação legal emitida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, o acesso aos benefícios trabalhistas, principalmente aposentadoria e o seguro defeso, só seria possível a partir da organização dos pescadores em torno de Colônias de Pesca. A partir de então, houve intenso trabalho de identificação e mobilização de pescadores interessados nestes benefícios, pois havia necessidade de centralização dos pescadores da região numa unidade administrativa mais apta a encaminhar os interesses da classe.

Nestes termos, e também com estas finalidades, o principal campo de atuação das colônias é a garantia do acesso aos direitos trabalhistas e, em segundo plano, a garantia do acesso ao mar e aos rios, pelos pescadores, seja com a confecção e instalação de placas de identificação das redes, de identificação das embarcações, de identificação dos pescadores; seja com relações institucionais próximas ao IBAMA, Polícia Ambiental, Conselhos Gestores de Unidades de Conservação e MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura) - tudo para garantir o pleno gozo da atividade, com vistas ao acesso aos benefícios de seguridade social.

Assim, ainda conforme relato da entrevistada, não há área de abrangência específica para atuação das colônias: os pescadores de qualquer parte estão livres para se filiarem a qualquer destas associações, de acordo com a capacidade de cada unidade em transformar os interesses coletivos em ações concretas. Não há nenhuma normativa que restrinja a atuação da Colônia, ou a filiação do pescador. Na prática, inclusive, o pescador não é obrigado a ser filiado para obter uma licença de pesca: ele pode fazê-lo direto no MPA, mas necessita da filiação para ser beneficiado por qualquer tipo de seguridade social. Importante notar, neste contexto, que hoje o pescador dá entrada no seguro defeso, na categoria de segurado especial, com uma guia no INSS. Ele paga uma anuidade de R\$35 para ter direito a aposentadoria de um salário mínimo, depois de vencido o tempo regular de contribuição.

Este intenso movimento de organização do contingente em torno da atividade pesqueira, tendo como pano de fundo o acesso os benefícios diretos, se desdobrou numa intensificação da exploração dos indivíduos, levando a uma perceptivelmente drástica redução dos estoques pesqueiros, na região. De acordo com a opinião de vários pescadores, a extração dos recursos é tão intensa que é capaz de comprometer o ciclo reprodutivo das espécies e, conseqüentemente, a cadeia produtiva da pesca na zona costeira e estuária paulista.

Uma dificuldade enfrentada para a organização da pesca no Estado, segundo os profissionais ouvidos, tem relação com certo conflito de interesses entre os pescadores mais tradicionais e outros mais recentes, mais ligados talvez aos benefícios diretos. Isto porque, de novo segundo relatos, tem havido indícios e algumas acusações de casos de corrupção envolvendo representantes dos poderes públicos e das colônias, principalmente no que concerne a acesso a recursos. Em paralelo a estas iniciativas, tem-se que uma normativa promulgada no nível Federal contribuiu para a dispersão do movimento de organização social em torno da pesca: em 2012, foi publicada uma portaria (Nº 280/2012/GAB/SEDAM) confirmando que, agora, quaisquer conjuntos de trinta pescadores pode abrir sua colônia, o que fez com que as federações perdessem, em

alguma medida, o controle dos filiados, em termos de participação e de contribuição. Antigamente eram necessários 250 pescadores organizados, que consultavam a Federação e esta autorizava a criação da nova colônia. Agora este procedimento não é mais necessário. Esta iniciativa, por sua vez, na lógica do Governo Federal, é motivada pela necessidade de maior acesso e maior liberdade dos pescadores, haja vista que sua carteira de profissional tem validade em todo o território nacional e que este controle é feito pelo MPA. Então, ainda que o pescador não pratique regulamente em rios próximos à sua residência, ou diretamente no mar, ele está autorizado a pescar em outras regiões. Este descontrole em alguma medida gera insuficiência na fiscalização, o que se desdobra na possibilidade, muitas vezes comprovada de acordo com os relatos colhidos, de que o filiado sequer seja de fato um pescador atuando rotineiramente.

Diante disso, atualmente a Federação, não só a paulista, mas também de outros estados, vem fazendo um trabalho próximo das associações e sindicatos de pesca recém-criados, tentando um entendimento das intenções dos pescadores ao se organizarem, para posterior orientação das melhores ações a serem tomadas neste sentido. Tem sido feito amplo esforço de conscientização para o fato de que a pesca é mais viável quando melhor organizada. No nível institucional, uma dificuldade que a Federação e as colônias têm hoje é a de captar recursos tecnológicos, humanos ou financeiros para incremento e incentivo da atividade da pesca no Estado de São Paulo. Este fator, inclusive, contribui fortemente para que a pesca seja uma atividade até certo ponto marginalizada na economia paulista.

Esta nova realidade, para além de minar as iniciativas de organização coesa da pesca no Estado de São Paulo, ainda vulnerabiliza os "artesãos da pesca" - geralmente esposas e filhos de pescadores que, enquanto o chefe da família está no mar, estes estão em casa exercendo atividades de apoio à Pesca - , que ficam menos "protegidos" e menos orientados ante as ações de fiscalização de suas atividades. Tem havido, na prática, e não só em São Paulo, certo desentendimento acerca da real função exercida por cada filiado dentro da cadeia produtiva da pesca e certa falta de foco na ação das agências fiscalizadoras.

Todas estas variáveis incidem simultaneamente dentro do cenário da pesca no Estado de São Paulo, tornando esta atividade possível, ou restrita, de diversas maneiras.



Figura V.3.5-15 - Foto com vista para o prédio da sede da Colônia Z-5 de Pescadores em Peruíbe

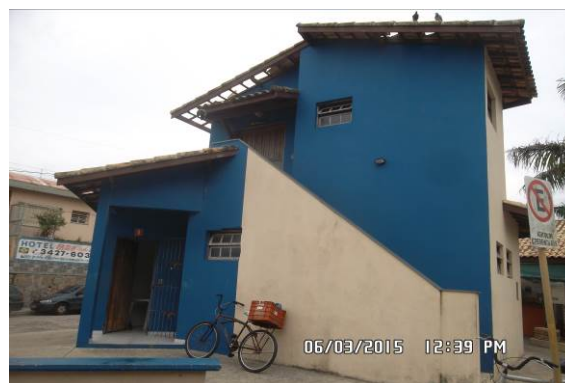


Figura V.3.5-16 - Foto com vista para o prédio da sede da Colônia Z-13 de Pescadores em Itanhaém

V.3.5.4.2 - Potencialidades e Restrições para Realização da Pesca

A pesca no Brasil, não diferente do que ocorre em outros países com abundância de recursos hídricos, é elemento fundante da economia local em várias regiões e até mesmo da sociabilidade, ainda que estivesse ausente dos processos estratégicos de estímulo ao desenvolvimento econômico e de políticas de desenvolvimento social sustentável de comunidades pesqueiras país afora. Contrariamente, certa conotação de marginalidade relegou a pesca a uma segunda categoria, marcada historicamente pelas consequências de uma série de políticas descontinuadas gestadas e geridas pela representação pública. Ao longo do tempo, tanto a edição de dispositivos legais, quanto a promoção de ações setoriais específicas para a categoria, como o fomento à produção via abertura de linhas de crédito, foram formuladas e executadas sem especial atenção às demandas iminentes do setor, ficando sempre descoladas da realidade de campo. Por esta razão, principalmente, no mais das vezes corrompia-se a estruturação de cadeias produtivas da pesca, mesmo em regionalidades com aptidão para a produção comprovadas, e isto se deveu em larga medida a uma desarticulação entre as propostas dos agentes financiadores das linhas de crédito e as necessidades de pescadores e aquicultores no nível local (DIAS-NETO, 2003; DIAS-NETO 2010).

Em meio à ingerência e indiferença, a pesca artesanal tem estado cada vez mais longe das ações concretas promovidas no nível Federal, o que tem deixado o pescador sem muitas perspectivas de melhora para suas condições de trabalho e de acúmulo de capital - e esta percepção foi recorrente pelos relatos obtidos em campo. As várias tentativas de capacitação da mão de obra, visando uma promoção social via pesca, de acordo com as lideranças das colônias ouvidas, foram frustradas ante a baixa escolaridade do contingente beneficiário e ante a baixa capacidade de transformação dos conhecimentos obtidos em benesses concretas para incremento da atividade.

Desdobramentos desta realidade se materializaram também na falta de organização social do setor, de coesão para eventual autogestão dos meios de produção, ou mesmo para a cristalização de boas práticas de fabricação de produtos auxiliares ou derivados da pesca; de novo fazendo enfraquecer o estabelecimento de eventuais cadeias produtivas.

Em paralelo, ou como consequência, as iniciativas de assistência técnica e de extensão pesqueira minguaram até se encontrarem inoperantes, novamente de acordo com os relatos das lideranças pesqueiras locais, dificultando a conexão de parcerias com instituições promotoras destes serviços. O cenário atual, de acordo com a percepção dos próprios pescadores, é de total carência de políticas integradas e estruturantes da atividade pesqueira no país, o que vai à contramão dos princípios de inclusão socioeconômica, de identidade territorial e de respeito ao ambiente, tão caros ao Governo Federal nos últimos doze anos. A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (Lei Nº 11.958/2009), a promulgação da nova Lei da Pesca (Lei Nº 11.959/2009), a realização da 3ª Conferência Nacional da Pesca, também ocorrida em 2009, foram passos essenciais para o estímulo à produção de políticas públicas nesta área, no Brasil. Neste contexto, merece destaque as ações promovidas pela Secretaria de Estado de Administração e Previdência do Estado do Paraná - SEAP/PR, pioneira e hoje vanguarda na promoção da pesca (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2010).

O que se seguiu foi que o ano de 2010 foi dedicado à consolidação do MPA como instituição governamental capaz de promover e dirigir essas políticas e de ser a referência para gestão da política de Estado para a gestão pesqueira sustentável. O principal resultado alcançado pelo MPA e publicado em 2010 diz respeito ao aumento da produção de pescados; e tal aumento esteve vinculado à formulação, coordenação e implementação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e fomento das atividades de pesca e aquicultura, que tem articulado atores e ações com vistas a atingir esses objetivos (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2010).

Na prática, em campo, é possível acompanhar entre as principais políticas e programas da pesca artesanal: Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR, Apoio à Organização Produtiva de Trabalhadoras da Pesca, Apoio a Pequenos Empreendimentos na Pesca Artesanal, Apoio à Cadeia Produtiva - Fábricas de Gelo, Caminhões Frigoríficos, Caminhões Feira; Qualificação e Inclusão Social de Pescadores (as) - Programa Pescando Letras, Telecentros Marés, Cursos Técnicos Integrados em Pesca e Aquicultura; Apoio a Organização de Fóruns de Gestão da Pesca, Capacitação de Pescadores (as) e Organizações do Setor, Distribuição de Cestas de Alimentos -

programas governamentais promovidos no âmbito federal e executados com apoio dos governos estaduais (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2010).

Desde então, para estabelecer as políticas públicas e as diretrizes governamentais para a pesca amadora, o ministério leva em conta as aspirações dos próprios pescadores amadores, como critério principal para a promoção das ações. Estas, inclusive, foram decisões do I Encontro Nacional da Pesca Amadora, sediado em Brasília, em setembro de 2010.

Curiosamente, este critério de seleção se mostrou excludente para a promoção de iniciativas de qualquer natureza nas áreas de influência do projeto em tela. Reforçando um tópico já discutido, de acordo com relatos dos próprios pescadores, embora a baixada santista seja uma região com significativo número de profissionais registrados em associações, colônias, sindicatos, etc, sendo a princípio localidade com “maiores aspirações” e que, portanto, têm acesso privilegiado aos recursos governamentais de apoio à atividade pesqueira, na prática a tradução deste acesso em ações concretas não ocorre, seja por desinteresse da classe, seja por uma baixa capacidade de mobilização do contingente, muitas vezes preocupados em migrar desta para outra atividade econômica. Como consequência, há emergente fragilidade do processo de organização social dos pescadores em torno da atividade. Sobre este ponto, BERTOZZI (2002) faz um relato interessante³:

“a maioria dos pescadores é natural da região da Baixada Santista e começou a pescar por motivos financeiros e ou falta de emprego, somente 5 são filhos de pescadores, caracterizando assim uma falta de tradição pesqueira nesta comunidade. O ofício de pescador é repassado para os mais novos pelos pescadores mais antigos da região, sendo que do total apenas 6 já haviam feito algum tipo de curso de pesca. Todos os pescadores entrevistados afirmaram gostar de sua profissão, mas a maioria não gostaria que seus filhos seguissem esta profissão, por considerarem-na perigosa e injusta” (pp.30).

Aprofundando esta questão, ainda de acordo com os relatos dos pescadores, colhidos em campo, o principal elemento gerador de restrição à pesca na área alvo é a falta de peixe. E esta fala, a princípio, esteve vinculada notadamente à poluição das águas, principalmente nas regiões

³ Bertozzi (2002) realizou pesquisa aprofundada com comunidades pesqueiras da região de Praia Grande e deste trabalho extrai-se algumas conclusões relevantes para a compreensão do contexto de inserção da atividade pesqueira no litoral paulista. Dentre estas destaca-se que, à época, “os pescadores atuantes possuíam idade entre 21 e 30 anos de idade; com grau de instrução baixo, notadamente ensino fundamental incompleto; e trabalham na pesca há mais de 10 anos (pp.30)”.

estuarinas de São Vicente e de Peruíbe, para além dos emissores sanitários que atingem a água do mar e a qualidade e disponibilidade de peixes na zona costeira.

E num âmbito mais amplo, outros fatores se associam às dificuldades de organização e dinamização da pesca, por sua vez vinculadas à produtividade do pescador, ante sua necessidade de gerar renda. Significa dizer que muitas vezes o pescador se filia à colônia, pesca por um tempo, mas não levanta capital suficiente para cumprir com seus compromissos financeiros. Então, ele inicia outra atividade geradora de renda, que acaba por ocupar o espaço da pesca, enquanto principal ocupação. Ainda assim, o pescador não deixa de ser filiado à Colônia e de receber (e exigir) os benefícios desta ocupação, rotina que acaba gerando conflitos de interesse e outras dificuldades à administração da Colônia.

Sobre este aspecto é importante lembrar que até 2013 pessoas com vínculo empregatício não podiam ter a carteira profissional de pesca. A partir do início de 2014, quando uma normativa federal flexibilizou a questão da filiação e da prática da pesca, o pescador pôde ter outra profissão, inclusive formalizada na CLT: nestes casos, ele apenas não recebe o defeso, mas mantém, por exemplo, o acesso à aposentadoria, como o pedreiro, o serralheiro etc.

Ainda em termos da organização social em torno da pesca, que se desdobra em (im)possibilidades para a prática da atividade nas áreas de influência, neste ponto particularmente com relação à Colônia Z-13 de Itanhaém, o pagamento da anuidade também tem sido ponto de discórdia para a plena mobilização dos pescadores. Isto porque não há entendimento, ou não há total divulgação pública, acerca da natureza dos gastos das colônias, com manutenção e burocracias, e há acusações dos filiados de que as colônias usam o dinheiro para outras finalidades, que não exclusivamente o benefício do associado - ainda que até hoje nada tenha sido comprovado nesse sentido.

V.3.6 - Populações Tradicionais

O Decreto N. 6040 de Fevereiro de 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. No âmbito deste decreto é determinada tal definição de Povos e Comunidades Tradicionais: "*grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição*" (Brasil, 2007).

Neste sentido, entende-se que **na Área de Influência do Meio Socioeconômico há populações tradicionais, especificamente grupos indígenas, quilombolas e caiçaras.**

De acordo com a Comissão Pró Índio de São Paulo (CPISP), há um conjunto de comunidades quilombolas na região do Vale do Ribeira, situada no sul do Estado de São Paulo e que engloba diversos municípios, dentre os quais Peruíbe. A origem destas comunidades está ligada à fuga de escravos ao longo do século XVIII.

Tal região era ocupada por populações indígenas antes da chegada de portugueses, sendo que tais índios buscavam o litoral para pescar. A partir deste momento, no entanto, o Vale do Ribeira se tornou lugar de fuga para escravos, tanto africanos como indígenas⁴.

O fato do Vale do Ribeira abrigar um importante remanescente de Mata Atlântica é relevante para se entender a presença de comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras na região (ISA, 2013). As Terras Indígenas presentes na AI são apresentadas no **Quadro V.3.6-1**.

Quadro V.3.6-1 Terras Indígenas na Área de Influência Indireta (AI)

Terra Indígena	Municípios	Distância aproximada para o empreendimento (km)
TI Rio Branco Itanhaem	Itanhaem, São Paulo e São Vicente	13
TI Guarani do Aguapeu	Mongaguá	11
TI Itaoca	Mongaguá	20
TI Piataguera	Peruíbe	47

Fonte: FUNAI

Em consulta à base de dados online da Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão competente e interveniente no processo de licenciamento, **não foram encontradas comunidades quilombolas certificadas ou com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado na AI do Meio Socioeconômico do presente empreendimento⁵.**

⁴ http://www.cpispp.org.br/comunidades/html/i_brasil_sp.html

⁵ <http://www.palmares.gov.br/>

V.3.7 - Atividades Turísticas

A atividade turística é muito expressiva na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, tendo em vista a localização dos municípios da Baixada Santista ao longo da faixa litorânea do Estado de São Paulo, e a grande concentração de atrativos naturais, como Parques Estaduais, Áreas de Preservação Ambiental (terrestre e marinha, de proteção integral), Unidades de Conservação e Estação Ecológica. A área da zona costeira é densamente ocupada por mata atlântica e ecossistemas associados, como mangues e restingas, e além de ser potencialidade dentro do cenário de turismo ecológico o tema é sensível em termos de ocupação do solo e expansão populacional.

Dessa forma, os seis municípios da Área de Influência (Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe) apresentam forte potencialidade no turismo ecológico.

Entretanto, a principal característica do turismo nestes locais privilegia o período veranista de praia e sol.

De acordo com as entrevistas com os gestores públicos de Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, foi identificado que grande parcela da população é residente de uso ocasional, o que indica que nos momentos de alta temporada (principalmente, verão), o número de habitantes pode chegar ao dobro do número de residentes. Segundo os dados do diagnóstico do INSTITUTO PÓLIS (2014), a quantidade de domicílios permanentes em Praia Grande é próxima à de domicílios de uso ocasional, sendo assim, quase metade dos domicílios existentes são destinados para residentes e a outra metade para os períodos de veraneio, e esta última categoria pode ser caracterizada como segunda residência.

Em Mongaguá e Itanhaém, o número de domicílios de uso ocasional é superior ao de domicílios permanentes, ainda conforme o diagnóstico do INSTITUTO PÓLIS (2014), ou seja, em períodos determinados a procura por serviços e comércio é maior e, assim, a economia desses municípios tende a estar muito atrelada à prática turística, visto que a parcela menor é residente do município ao longo do ano.

Já Peruíbe, São Vicente e Santos se diferenciam dos demais, pois apresentam maior número de domicílios permanentes em comparação com a quantidade de domicílios de uso ocasional, embora também recebam número considerável de turistas em alta temporada. Na entrevista com a gestora de meio ambiente de Peruíbe foi destacada a dificuldade de expansão do território do município, visto que este é composto por um mosaico de áreas protegidas. Ademais, as leis

municipais indicam restrição às construções verticais - o que é muito comum nos cenários de Praia Grande e Santos, especialmente. Estes dois últimos, porém, apresentam uma expansão urbana mais consolidada do que Peruíbe e os demais municípios da Área de Influência. Portanto, as limitações oriundas da configuração ambiental e da legislação de uso e ocupação em Peruíbe, podem contribuir para contenção da expansão populacional. Tal restrição, por sua vez, tenderá a surtir efeitos práticos, principalmente nos períodos de alta temporada turística, nos quais a população flutuante dos municípios aumenta sobremaneira o número de habitantes e, com isso, demanda necessidade de alojamento estruturado deste contingente.

Segundo as informações de campo, os turistas da Baixada Santista costumam ser majoritariamente da capital, mas em grande montante também do interior do Estado. Parcela menor advém de outras regiões do Sudeste (como Rio de Janeiro e Minas Gerais). Em Peruíbe, identificou-se residentes oriundos da região Nordeste e em Santos, de acordo com a gestora de turismo, é comum a cidade receber turistas de todo o mundo, pois existe um ponto de parada de cruzeiros durante o período de Outubro a Abril.

Outro dado relevante para a descrição do turismo na região é apresentado no **Quadro V.3.7-1**, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010). O levantamento sobre o número de pessoas que trabalham no município de residência, ou que precisam se deslocar para outro município para trabalhar, contribui para análise geral sobre a dinâmica local. Como, por exemplo, o alto número de residentes que precisam se deslocar para outro município para trabalhar pode significar uma baixa oferta de empregos no município de residência e uma economia pouco diversificada. Nesse sentido, é relevante investigar a condição dos municípios e dos residentes para uma melhor compreensão da dinâmica turística.

As informações do Censo de 2010 do IBGE indicam que a maior parte da população residente dos municípios da área de influência trabalham no próprio município onde residem, exceto em São Vicente, onde quase metade da população residente trabalha em outro município. Segundo o diagnóstico do INSTITUTO PÓLIS (2014), existe um intenso fluxo de pessoas de São Vicente para os municípios do entorno que, no caso, também fazem parte da AI do estudo. Por outro lado, Peruíbe é o município com menor percentual de pessoas que residem no município e trabalham em outro.

Quadro V.3.7-1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal

Município	Local de exercício do trabalho principal	%
Santos	Total	100
	Município de residência	82,77
	Outro município	15,88
	País estrangeiro	0,05
	Mais de um município ou país	1,3
São Vicente	Total	100
	Município de residência	49,86
	Outro município	48,66
	País estrangeiro	0,04
	Mais de um município ou país	1,45
Praia Grande	Total	100
	Município de residência	71,91
	Outro município	26,53
	País estrangeiro	0,04
	Mais de um município ou país	1,52
Mongaguá	Total	100
	Município de residência	78,66
	Outro município	20,14
	País estrangeiro	0,06
	Mais de um município ou país	1,14
Itanhaém	Total	100
	Município de residência	87,73
	Outro município	11,18
	País estrangeiro	-
	Mais de um município ou país	1,09
Peruíbe	Total	100
	Município de residência	89,82
	Outro município	8,58
	País estrangeiro	-
	Mais de um município ou país	1,6

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010)

V.3.7.1 - Descrição e Localização

▪ Município de Santos

Santos é um município central na Região Metropolitana da Baixada Santista em virtude do potencial econômico - área do porto - histórico, cultural e ambiental. O turismo no município é muito variado, pois abarca desde a área de esportes aquáticos (mergulho, stand up paddle), praias, centro histórico, natureza, esporte (a cidade é referência para o futebol), e cultura (museus), conforme levantado no trabalho de campo.

Para manter o fluxo de turistas e de geração de renda no município, a Secretaria de Turismo desenvolve alguns programas com vista a atender e melhorar o turismo na região, como o

Alegria Centro que tem como finalidade revitalizar e promover a valorização do centro histórico da cidade, principalmente, entre os próprios moradores da área; e o Programa de Divulgação Turística por meio de folhetos informativos sobre os pontos de lazer, cultura, natureza e memória.

Os atrativos turísticos no município que se concentram próximo à área do litoral são apresentados no **Quadro V.3.7-2**, com destaque para o Jardim da Orla da Praia de Santos, para o prédio da Secretaria de Turismo, que se localiza no Centro Histórico de Santos (na Estação Valongo), para a Ruína de São João Erasmos e para 1º Casa da Misericórdia (tombados pelo Patrimônio Histórico e Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - Condephaat) e para o Monumento Brás Cubas (tombado em 1987 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos - Condepasa), que foram identificados como patrimônios históricos⁶.

Quadro V.3.7-2 Atrativos Turísticos de Santos

Escola de esportes radicais
Cine Arte Posto 4
Feira de Artesanato do Boqueirão (sábados e feriados)
Gibiteca Marcel Rodrigues
Biblioteca Mário Faria
Deck do Pescador
Ponte Edgar Perdígão (píer público com mirante, bar, restaurante, local de atração de escunas e barcas)
Esportes aquáticos
Jardins da Orla
Linha turística do bonde
Museu de Arte Sacra
Museu do Café
Museu do Mar
Museu Marítimo
Museu de Pesca
Museu do Porto de Santos
Orquidário
Basílica Menor de Santo Antônio do Embaré
Igreja Nossa Senhora dos Navegantes
Parque Estadual Marinho da Laje de Santos
Parque Municipal Roberto Mário Santini
Pinacoteca Benedicto Calixto
Terminal de Passageiros Giusfredo Santini
Ilha Diana

Fonte: Trabalho de campo (Ecology 2015)

⁶ http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.9e39945746bf4ddef71bc345e2308ca0/?vgnextoid=300d6ed1306b0210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&IdCidade=b2213a61b54f8210VgnVCM1000002e03c80a____&Busca=Busca

Os períodos de maior concentração de turistas no município são durante o verão, notadamente durante as festas de fim de ano, mas a prática do turismo ocorre ao longo de todo o ano. Nos meses entre Outubro a Abril, Santos recebe cruzeiros com passageiros de todo o mundo, e o número destes turistas pode chegar a 900.000 - de acordo com os dados da Secretaria de Turismo.

Ademais, a gestora de turismo também destacou um movimento significativo vinculado ao turismo de negócios em Santos, em virtude do aumento no número de estabelecimentos hoteleiros e de centros de convenção. A mesma representante da Secretaria de Turismo relatou que a instituição desenvolve um trabalho de retaguarda com turistas de "um dia"⁷ a fim de evitar o turismo predatório e contribuir para a conservação da cidade.

Além do período de veraneio, o município possui um calendário de eventos que costuma atrair pessoas com diferentes perfis. As datas são apresentadas no Quadro V.3.7-3 abaixo.

Quadro V.3.7-3 Datas Comemorativas no município de Santos

Data	Festividade
26 de Janeiro	Aniversário da cidade
8 de Setembro	Dia da padroeira da cidade
Julho	Festival de inverno
1º semana de Junho	Festival de cinema

Fonte: Trabalho de Campo (Ecology 2015)

▪ Município de São Vicente

Diferente de Santos, São Vicente é mais caracterizado como cidade dormitório, pois muitos residentes deslocam-se para Santos, Guarujá e Cubatão para trabalhar, segundo o estudo do INSTITUTO PÓLIS (2014). O município apresenta fragilidades na dinâmica urbana, pois a economia é pouco aquecida e altamente dependente de transferências governamentais (INSTITUTO PÓLIS, 2014; ECOLOGY, 2015)

Por outro lado, o município apresenta como potencialidade a exploração do ecoturismo, visto que grande parte do Parque Estadual Xixová-Japuí está dentro do limite de São Vicente, entretanto, não há incentivos para utilização adequada da área para a prática turística.

⁷ Caracterizados pela vinda semanal de centenas de ônibus de excursão, cujos turistas não utilizam hospedagem e trazem sua própria alimentação para passarem, no máximo, 24h na cidade. Além disso, o padrão de gastos monetários desses turistas é muito baixo, mas costumam gerar grande quantidade de lixo. (Secretaria Municipal de Turismo de Praia Grande, 2015)

São Vicente é destino de residentes dos outros municípios que passam pelo cenário de especulação imobiliária, e isto fez com que o próprio município passasse pelo mesmo processo, o que reforça sua característica de dormitório.

Apesar da disparidade entre São Vicente e Santos, o turismo é uma das atividades que mais gera renda para o município, juntamente com o setor de serviços e comércio, principalmente entre Dezembro e Março (período de alta temporada).

Segundo a pesquisa de demanda turística realizada pela Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer de São Vicente entre Dezembro de 2014 e Fevereiro de 2015, a maioria dos turistas é do interior e da capital de São Paulo e, também, da Baixada Santista. Ademais, os entrevistados sinalizaram que foram a São Vicente tanto para turismo quanto para visita de familiares, mas a principal motivação é o veraneio. Em relação ao perfil do turista, entre os entrevistados pela pesquisa, a maioria tem renda de 1 a 6 salários mínimos, possuem ensino superior e costumam ficar no máximo 6 dias em São Vicente. Dentro desse universo de turistas, metade se hospeda em casas de parentes e/ou amigos. Dessa forma, a atividade turística está muito vinculada à praia e sol e os hotéis não são a única opção.

Os atrativos turísticos do município destacados pela técnica entrevistada da secretaria de turismo são os seguintes pontos organizados no **Quadro V.3.7-4**. É importante ressaltar que Biquinha de Anchieta, a Ponte Pênsil, a Casa Martim Afonso, a fachada da Prefeitura de São Vicente, o prédio do antigo Grupão do século XIX, o monumento em comemoração do descobrimento na Praça 22 de Janeiro, a Escola Estadual Martim Afonso, a Casa do Barão, a Igreja Matriz e o Porto das Naus são patrimônios históricos do município tombados pelo Conselho de Defesa de Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico de São Vicente (Condephasv).⁸

Quadro V.3.7-4 Atrativos Turísticos no município de São Vicente

Praias
Voo Livre no Morro da Asa Delta
Parque Ecológico Voturuá (mini zoológico)
Plataforma de Pesca
Turismo Náutico
Parque Cultural Vila de São Vicente
Casa Martim Afonso
Igreja Matriz
Biquinha de Anchieta
Teleférico
Ponte Pênsil

Fonte: Trabalho de Campo (Ecology Brasil, 2015)

⁸ <http://www.saovicente.sp.gov.br/noticias/visualizarnoticia.asp?ID=532>

A fim de descrever os períodos de alta temporada na área de influência, destacam-se as datas comemorativas de São Vicente apresentadas no **Quadro V.3.7-5**.

Quadro V.3.7-5 Datas Comemorativas no município de São Vicente

Data	Festividade
22 de Janeiro	Aniversário da cidade
Setembro	Festa de aniversário da inauguração do Parque Ecológico
Maio	Aniversário da construção da Ponte Pênsil

Fonte: Trabalho de Campo (Ecology Brasil, 2015)

▪ Município de Praia Grande

O município de Praia Grande é conhecido pelo seu potencial turístico e, atualmente, pode ser caracterizado também como área de residência para os habitantes que fogem da especulação imobiliária da Ilha de São Vicente (São Vicente e Santos), embora Praia Grande esteja em processo de expansão populacional, tendo em vista o aumento de construções verticais.

O processo de urbanização de Praia Grande foi intensificado com a construção da Rodovia Padre Manoel de Nóbrega e, posteriormente, com a construção da Ponte do Mar Pequeno (INSTITUTO PÓLIS, 2014). No momento anterior a estas intervenções, o município era apenas destino para os turistas no verão. Conforme a oferta de serviços e de infraestrutura em Praia Grande se desenvolveu, a área tornou-se mais atraente para os setores de serviços e comércio, principalmente nos períodos de alta temporada. Tendo isto em vista, o município alcançou uma dinâmica própria por meio da valorização urbana (reurbanização da orla - ciclovias, eliminação dos canais de esgoto a céu aberto, intensificação da limpeza das praias, modernização do sistema viário, ampliação da infraestrutura básica) atraindo residentes permanentes, e constituindo uma relação direta com a região central da Baixada Santista, especialmente, Santos. Assim, deixou de ser caracterizado apenas como área de segunda residência, e como área economicamente dependente do turismo de veraneio, para se tornar referência de desenvolvimento regional.

Na entrevista de campo, a secretaria de turismo indicou uma mobilização para promover o turismo ao longo do ano, por meio de eventos culturais. Tal como em Santos, Praia Grande buscou medidas para desmobilizar o turismo predatório de um dia, que era muito frequente nas décadas de 70 e 80 e que se mantinha por meio dos estabelecimentos que recebiam os ônibus e alugavam cabines para banho e troca de roupa (SECTUR Praia Grande, 2013).

Assim como os demais municípios da Área de Influência, Praia Grande possui grande parte do território coberto por vegetação de mata atlântica, restingas e manguezais, e também pelo Parque Estadual Xixová-Japuí, que representa um potencial destino para o turismo cultural e ambiental, embora ainda pouco explorado.

Entre os pontos turísticos municipais, destacam-se na **Figura V.3.7-1** as atrações próximas ao litoral. Visto que a área de chegada e aterramento do cabo é no Bairro Mirim, **o Posto de Informação Turística e o local onde ocorre a Feira do Artesanato da Ocian são os pontos turísticos mais próximos da Área de Influência Direta (AID), conforme a Figura V.3.7-2.**

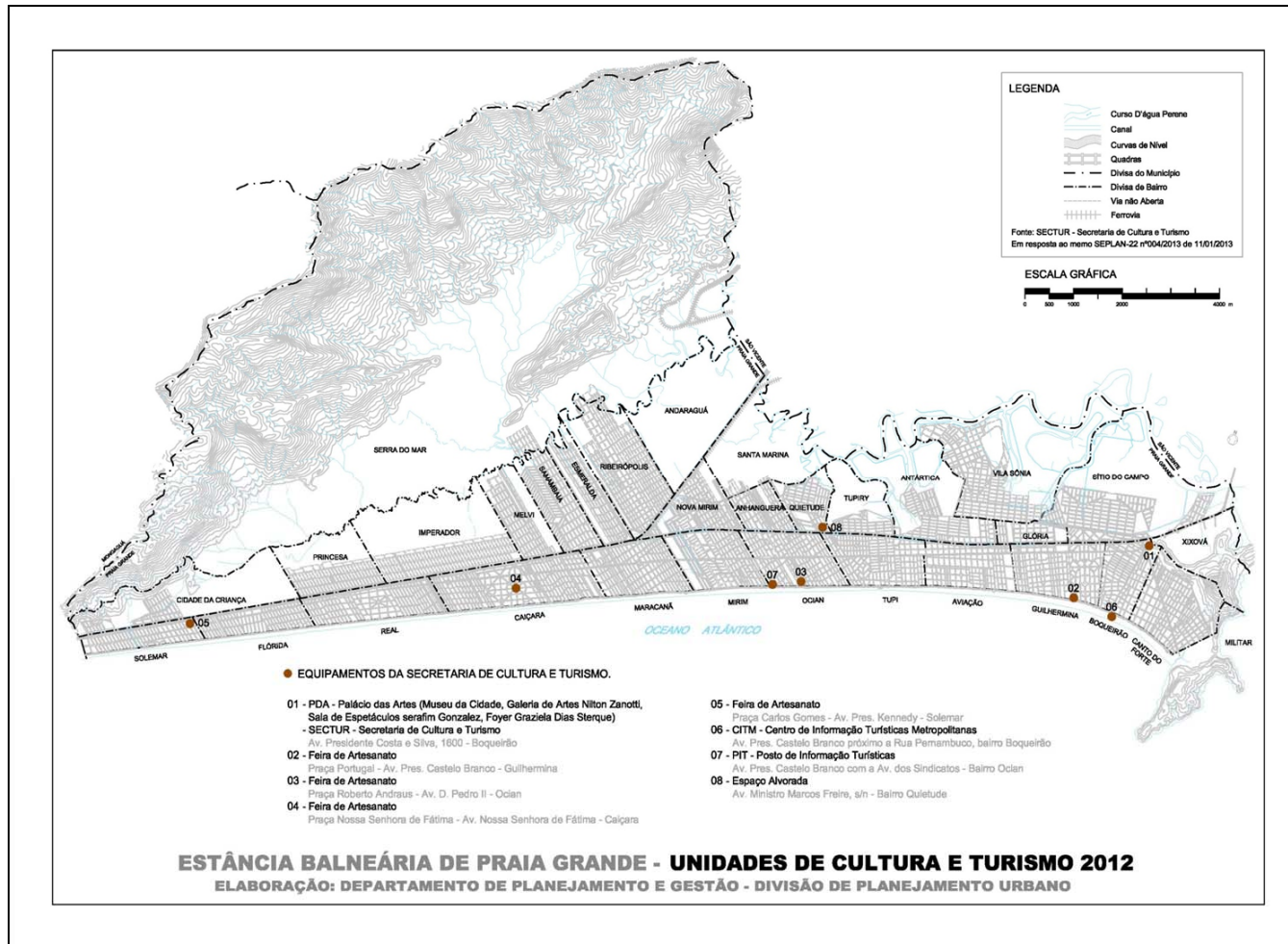


Figura V.3.7-1 Unidades de Cultura e Turismo em Praia Grande

Fonte: SECTUR Praia Grande, 2013



Figura V.3.7-2 - Posto de Informações Turísticas em Ocian

O Quadro V.3.7-6 indica os principais atrativos do município, de maneira geral, conforme informado na entrevista com o técnico da Secretaria Municipal de Turismo. Vale destacar que atrativos como a Fortaleza de Itaipu, o Portinho, a Praça da Paz e a Avenida dos Sindicatos representam bens históricos para o município, segundo o Diagnóstico de Turismo e Cultura de Praia Grande (2015). A Condephaat registrou o tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba como bem Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em toda a área de influência.⁹

Quadro V.3.7-6 Atrativos Turísticos no município de Praia Grande

Capela Nossa Senhora da Guia
Estátua de Iemanjá
Estátua de Netuno
Feira de Artesanato (em Guilhermina, Ocian, Caiçara e Solemar)
Fortaleza de Itaipu
Pista de Motocross
Área de Lazer Ezio Dall'Acqua - Portinho
Praias
Praça da Paz
Palácio das Artes
Avenida dos Sindicatos

Fonte: Trabalho de Campo (Ecology Brasil, 2015) e Diagnóstico do Turismo (SECTUR Praia Grande, 2013)

⁹ http://www.cultura.sp.gov.br/SEC/Condephaat/Bens%20Tombados/lista_fev.13_BensTombOrdMunicipios_Site.pdf

O município de Praia Grande possui um calendário de eventos para atrair turistas ao longo do ano. Segundo o diagnóstico do turismo (SECTUR Praia Grande, 2013), as principais datas comemorativas são as expostas no **Quadro V.3.7-7**.

Quadro V.3.7-7 Datas Comemorativas no município de Praia Grande

Data	Festividade
19 de Janeiro	Aniversário da emancipação política
Março	Carnaval da Família
Março a Novembro	Sexta Musical
Abril	Encenação da Paixão de Cristo
Abril	Caminhada Ecológica
29 de Junho	Dia de São Pedro
Junho	Vila Junina
Julho	Festa da Tainha
Móvel	Praia Games
Dezembro	Festejo de Iemanjá
Outubro a Novembro	Salão de Artes Plásticas
Dezembro	Réveillon

Fonte: Trabalho de campo (Ecology Brasil, 2015)

Por fim, o perfil do turista de Praia Grande pode ser caracterizado, principalmente, pelo veranista, ou seja, que possui a segunda residência no município para a prática do turismo de sol e praia nos períodos do verão, e que utiliza o veículo próprio como principal meio de transporte. A maioria dos turistas de Praia Grande é da capital, da região do ABC ou da Grande São Paulo, e possuem ensino médio completo (70%) ou ensino superior completo (30%), e, em sua maioria, costumam ter renda de 1 a 5 salários mínimos (58%) (SECTUR Praia Grande, 2013).

▪ Município de Monguaguá

O município de Monguaguá está localizado ao sul da Região Metropolitana da Baixada Santista e faz limite com Praia Grande e Itanhaém. O território do município é composto por grande extensão do Parque Estadual da Serra do Mar e do Parque Ecológico A Tribuna, além de compreender duas terras indígenas com grande porção territorial, a Guarani do Agapeú e Itaóca.

Tal como nos demais municípios da Baixada Santista, o turismo em Monguaguá é concentrado nas praias e no período de veraneio. Assim, a área mais urbanizada e adequada para receber turistas é próxima à orla do litoral. Segundo as entrevistas com gestores locais, a questão habitacional do município sofre com o reflexo da pressão decorrente da especulação imobiliária de Praia Grande, São Vicente e Santos. Diante disso, o gestor de meio ambiente sinalizou o crescimento da ocupação desordenada e das habitações subnormais, além da comercialização de áreas preservadas, o que significa um problema para o desenvolvimento e crescimento sustentável municipal.

Diferente de Praia Grande, Mongaguá possui como base econômica o comércio (dependente do turismo) e a produção rural, sendo assim, os recursos destinados à organização turística no município são restritos. Conforme informado pelo gestor de meio ambiente, Mongaguá chega a receber 50.000 pessoas em alta temporada e, dentro desse contexto, existe o problema do turismo predatório.

Ainda de acordo com gestor público do município, os principais pontos turísticos de Mongaguá são destacados no **Quadro V.3.7-8**. O município também conta com um patrimônio histórico tombado pelo Instituto Histórico e Cultural de Mongaguá, que é o Chafariz de Anchieta, e uma aldeia indígena, a Guarani.

Quadro V.3.7-8 Atrativos Turísticos no município de Mongaguá

Poço das Antas
Plataforma de Pesca Amadora (maior da América Latina)
Parque Ecológico A Tribuna
Praia Centro
Praia Agenor de Campos
Feira de Artesanato Centro - "Maria Del Carmem Mariño Telle"
Feira de Artes Vera Cruz
Feira de Artes Plataforma - Agenor Campos
Morro da Padroeira
Monumento Iemanjá
Centro Cultural Raul Cortez - Teatro Ronaldo Ciambroni

Fonte: Trabalho de Campo (Ecology Brasil, 2015)

Mongaguá costuma receber turistas no verão e nas datas comemorativas explicitadas no **Quadro V.3.7-9**. O perfil do viajante que tem como destino Mongaguá, normalmente, é do interior ou da capital de São Paulo e tem como objetivo se distanciar da grande metrópole ou a prática do turismo de veraneio.

Quadro V.3.7-9 Datas Comemorativas no município de Mongaguá

Data	Festividade
7 de dezembro	Aniversário da cidade
Dezembro	Shows de verão
12 de outubro	Festa da padroeira da cidade
Janeiro	Shows na praia

Fonte: Trabalho de Campo (Ecology Brasil, 2015)

▪ **Município de Itanhaém**

Segundo o diagnóstico do INSTITUTO PÓLIS (2014), Itanhaém exerce considerável influência sobre os municípios vizinhos da região sul da Baixada, de Mongaguá e Peruíbe, principalmente por concentrar maior número de comércios e serviços. De acordo com a secretária de Planejamento e Meio Ambiente de Itanhaém, a renda gerada pelo comércio corresponde a 70%

do PIB municipal, logo, o período de alta temporada contribui para maior arrecadação monetária.

O território de Itanhaém é composto em grande parte pelo Parque Estadual da Serra do Mar, pela Área de Preservação Permanente do Rio Itanhaém, pela Estação Ecológica dos Tupiniquins e pelas terras indígenas Mambu, Rio Branco (única demarcada), Tanguará e outra não identificada que se localiza na divisa de Itanhaém e Peruíbe.

O turismo nesta região é totalmente voltado para a praia, visto que, segundo os dados do diagnóstico do INSTITUTO PÓLIS (2014), a porção territorial de caráter urbano está relacionada à área litorânea do município. Logo, são espaços mais ocupados e que recebem maiores investimentos. É comum a prática do surf nas praias de Itanhaém ao longo do ano. O potencial ambiental e cultural do município é muito significativo, entretanto, pouco reconhecido turisticamente. Com o objetivo de identificar claramente os pontos valorizados e procurados para atividade turística, apresentamos no **Quadro V.3.7-10** os lugares informados na entrevista gestor público local. Dentre estes, os patrimônios históricos do município tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), são o Convento de Nossa Senhora da Conceição, a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja Matriz de Sant'anna.

Quadro V.3.7-10 Atrativos Turísticos no município de Itanhaém

Convento Nossa Senhora da Conceição (Morro do Itaguacú)
Igreja Matriz de Sant'anna
Casa de Câmara e Cadeira (Centro Histórico)
Gruta Nossa Senhora de Lourdes (Praia da Gruta)
Passarela e Cama de Anchieta
Passeio de barco no Rio Itanhaém
Gabinete de Leitura
Praia dos Pescadores
Escultura de Mulheres de Areia
Ilha das Cabras
Pocinho do Anchieta
Praia do Cibratel
Praia do Sonho
Boca da Barra
Pier do Pescador
Feira de Artesanato
Igreja Nossa Senhora do Sion
Trilha Urbana do Morro do Sapucaitava

Fonte: Trabalho de campo (Ecology Brasil, 2015)

Nas entrevistas com os gestores, foram identificadas as seguintes datas comemorativas de Itanhaém, conforme o **Quadro V.3.7-11**.

Quadro V.3.7-11 Datas Comemorativas no município de Itanhaém

Data	Festividade
31 de Dezembro	Réveillon
Janeiro	Shows de verão
Fevereiro	Carnaval
22 de Abril	Aniversário da cidade
Maió a Junho	Festa do divino
Agosto a Setembro	Festival gastronômico (30 dias de evento)

Fonte: Trabalho de campo (Ecology Brasil, 2015)

▪ Município de Peruíbe

Segundo a gestora de meio ambiente de Peruíbe, o território do município é formado por um mosaico de áreas preservadas, tendo em vista que o mesmo compreende as áreas do Parque Estadual da Serra do Mar, do Parque Estadual da Juréia-Itatins, da Estação Ecológica da Juréia, da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Vila da Barra do Una, da Área de Preservação Ambiental Federal da Cananéia - Iguape - Peruíbe e da Área de Preservação Ambiental Marinha do Litoral Centro. Ademais, o município abriga três terras indígenas, de acordo com a gestora, que são a Piaçaguera, Tanguá e Bananal, e uma de Caiçaras.

A expansão sobre o uso do solo do município é restrita, além do mais, conforme o discurso da gestora, a legislação sobre uso e ocupação impõe restrições sobre a construção verticalizada em Peruíbe. Portanto, este município tem condicionantes significativas sobre a expansão territorial.

Apesar das implicações na questão habitacional do município, o fenômeno da segunda residência (ou turismo de veraneio) é consolidado no município e sua estrutura de serviços é pressionada na alta temporada, visto que a quantidade de habitantes no período turístico pode alcançar o dobro do número de residentes permanentes. E, assim como Praia Grande, Peruíbe possui um número considerável de habitantes permanentes, em comparação com Itanhaém e Mongaguá que apresentam maior número de residentes de uso ocasional.

Diante do mosaico de áreas ambientalmente protegidas, Peruíbe concentra muitas atrações turísticas naturais, como as apresentadas no **Quadro V.3.7-12**. Dentre elas, destacam-se as Ruínas do Abarebebê como bem tombado pelo Condephaat.

Quadro V.3.7-12 Atrativos Turísticos no município de Peruíbe

Praias do Guraú
Barra do Uma
Voos Panorâmicos
Estação Ecológica Juréia-Itatins
Aquário
Cachoeiras do Paraíso e Perequê
Ruínas do Aberebebê
Estação Ferroviária
Igreja Matriz
Skate Park
Orla da Praia do Centro
Cachoeiras do Rio do Ouro
Corredeiras do Perequê
Praia Costão
Pesqueiro Girassol

Fonte: Trabalho de campo (Ecology Brasil, 2015)

Segundo a entrevistada, as pessoas que vão pra Peruíbe se destinam ao turismo de veraneio e costumam ser da região sudeste, principalmente, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Quanto as principais datas comemorativas do município, elas são apresentadas no Quadro abaixo.

Quadro V.3.7-13 Datas Comemorativas no município de Peruíbe

Data	Festividade
18 de Fevereiro	Aniversário da cidade
Todos os fins de semana de julho até 1º de Agosto	Festival gastronômico de inverno
Primeiro fim de semana em Dezembro	Festa do Peixe
Fim de Agosto	Festa Caiçara

V.3.7.2 - Interferências do empreendimento sobre o turismo

A localização de chegada do cabo é próxima a uma escada que liga a orla e a areia, e a um quiosque, conforme a Figura V.3.5-3 e Figura V.3.5-4. Sendo assim, uma das interferências no período de alta temporada, pode ocorrer na circulação de pessoas na praia e na faixa d'água, que será limitado na ADA durante a instalação do empreendimento. A fim de descrever a Área Diretamente Afetada a partir do trabalho de campo realizado entre 23/02/2015 e 07/03/2015, a área da praia no bairro Mirim não apresentava significativo trânsito de pessoas, apenas nos quiosques, e a região da orla do bairro pode ser caracterizada como, majoritariamente, residencial.

Conforme descrito no item anterior, os maiores atrativos dos municípios da área de influência do empreendimento são as praias, principalmente, no verão e nas festas de fim de ano. Portanto, possíveis interferências do empreendimento na dinâmica turística poderão ocorrer,

especialmente, no Bairro Mirim, além disso, **essas interferências poderão ser de maior magnitude, caso a instalação ocorra em período de alta temporada.**



Figura V.3.7-3 - Localização prevista para a chegada do cabo na Vila Mirim - Praia Grande

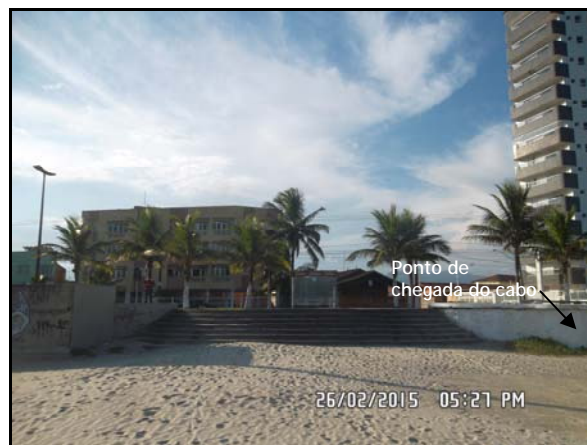


Figura V.3.7-4 - Localização prevista para a chegada do cabo na Vila Mirim - Praia Grande

Além disso, nas entrevistas de campo em Santos, foi identificada a possibilidade da chegada do navio do empreendimento na costa da Baixada Santista coincidir com a rota dos cruzeiros que chegam a Santos entre os meses de Outubro e Abril. Logo, neste item, é significativo e claro o intervalo de maior atividade turística na região que pode sofrer algum tipo de intervenção oriunda da instalação do empreendimento.

V.3.8 - Geração de Empregos

Conforme apresentado no Item III.2 - Descrição do Empreendimento, a instalação do sistema contempla 03 (três) etapas:

- Instalação do cabo no fundo do mar em águas profundas (> 1000 m);
- Enterramento do cabo no fundo do mar em profundidades entre 0 e 1000 m, sempre que possível;
- Enterramento do cabo na praia e sua chegada a estação de conexão (BMH) para posterior ligação com os cabos terrestres e a partir destes com a Estação Terminal de recebimento.

A previsão de geração local de empregos para este empreendimento é bastante reduzida. Estima-se que no navio que fará a instalação do empreendimento o número de trabalhadores,

considerando a equipe técnica e tripulação, seja de aproximadamente 60 profissionais. No entanto, os profissionais que atuarão no navio não serão contratados localmente.

Quanto ao grupo de trabalho em terra estão previstos cerca de 20 trabalhadores, entre supervisores e coordenadores, os quais são normalmente estrangeiros, bem como mergulhadores e equipe de apoio, os quais muitas vezes já integram o corpo de funcionários da empresa responsável pela instalação do empreendimento.

Por fim, em relação à construção da estação de conexão (BMH), esta atividade tende a ser realizada por subcontratada e utilizará pequena quantidade de trabalhadores, embora não seja possível, neste momento, precisar a quantidade.

Anexo V.3-1 - Questionários Aplicados



DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - PREFEITURAS

Município:

Número do Questionário:

Nome do Entrevistado:

Cargo:

Formação:

Contatos: ()

1) Leis e Documentos

Mapas do município (contemplando área urbana e rural, com localização de bairros, distritos industriais, zoneamentos, etc.).

Disponível () Não disponível ()

Lei de Zoneamento

Possui () Não possui ()

Plano Diretor

Possui () Não possui ()

Lei de Uso e Ocupação de Solo

Possui () Não possui ()

Lei da Política Municipal de Meio Ambiente

Possui () Não possui ()

Sistema Municipal de Meio Ambiente

Possui () Não possui ()

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Possui () Não possui ()



Leis e Documentos que tratem de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Possui () Não possui ()

*No caso de respostas positivas, verificar a possibilidade de obter uma cópia dos documentos públicos.

*No caso de respostas negativas, verificar o andamento dos mesmos.

Algum outro instrumento legal de ordenamento e uso do solo: _____

Existem políticas públicas de ordenamento de uso do solo nas áreas litorâneas? Quais?

Alguma legislação relacionada ao tipo do empreendimento?

2) Atividades Econômicas

Quais as principais atividades econômicas do município?

Comércio dependente do turismo.

Existem no município distritos industriais? Sim () Não ()

Existe plano de criação de algum? Sim () Não ()

Quais as principais indústrias existentes?



Há previsão de construção/expansão de indústrias no município? Quais?

Quais os principais estabelecimentos comerciais e de serviços no município? Indicar os nomes e segmento.

Qual a situação da Pesca como atividade econômica?

Quais setores da economia empregam mais?

() Agropecuária () Pesca () Indústria () Comércio () Serviços () Outros _____

Existe alguma cooperativa de pesca, leite, carne, etc no município?

Sim () Não () Qual? _____

Quais municípios vizinhos absorvem a produção pesqueira local?

Quais as principais potencialidades do município?

Turismo e produção rural.

3) Meio Ambiente

Quais os principais problemas ambientais enfrentados pelo município?



O município possui CODEMA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental)? Quais entidades participam do conselho? Há quanto tempo está formado? Sim () Não ()

Existem organizações de defesa do meio ambiente ou similares atuando no município? Se sim, quais?

Existem projetos e ações executadas por universidades, institutos de pesquisa e associações técnicas no município? Sim () Não ()

Existem no município Unidades de Conservação, tais como APAs, RPPNs e Reservas em geral?

Sim () Não ()

Entidade	Decreto de Criação	Localização	Contato

4) Populações tradicionais/extrativistas

Existe alguma população tradicional no município (comunidades de pescadores artesanais, quilombola ou indígena)?



Caso positivo, informações sobre: são legalmente reconhecidas? Ocupam território oficialmente demarcado? Fazem uso do espaço marítimo? etc.

Identificação da Localidade

Observações (Características, formas de organização, fragilidades etc.)

5) Instrumentos de Gestão Ambiental

Existe Plano de Manejo de Unidades de Conservação? Sim () Não ()

Conselhos Gestores? Sim () Não () Quais? _____

Zoneamento Ecológico Econômico? Sim () Não ()

Agenda 21? Sim () Não ()

Qual o grau de implementação desses instrumentos de gestão no município?



6) Planos e Programas Governamentais

Em que o Poder Público tem investido prioritariamente?

Quais as principais políticas públicas que atendem às populações pesqueiras?

Planos e Programas ligados à economia:

Destacar os principais planos ou programas dos governos municipal, estadual ou federal que estão sendo desenvolvidos no município.

Esfera	Nome do Programa	Área de atuação	Informações sobre o programa

7) Lazer e Turismo

Quais os principais pontos turísticos e atrativos naturais do município? **Localização.**
 Apontar em Mapa.



Quais os períodos de alta temporada?

Quais as principais datas comemorativas do município, principalmente ligadas ao turismo litorâneo?

Data	Festividade

O município possui áreas tombadas pelo patrimônio histórico, arqueológico, arquitetônico, cultural ou paisagístico? Sim () Não () Quais?

8) Fluxos Migratórios

Quais os principais fluxos migratórios existentes no município?

Origens	Destinos	Motivações

10) Observações Finais

Anexo V.3-2 - Entrevistas



LEVANTAMENTO DAS ATIVIDADES PESQUEIRAS

QUESTIONÁRIO - PESCADORES

Data: _____

Nome do entrevistado: _____

É associado à entidade(s) de pesca? () SIM () NÃO -

Qual (Quais)? _____

Endereço Postal: _____

Município/Localidade: _____

CEP: _____ Tel. / Cel. atualizados: () _____

E-mail: _____

Área de Atuação da(s) entidade(s) do pescador (municípios/localidades): _____

Que tipos os serviços a(s) entidade(s) oferece(m) ao pescador? _____

Atividades pesqueiras realizadas:

() Pesca artesanal () Aquicultura () Mariscagem () Armador () Pesca Industrial ()

Outro: _____

Levantamento das Atividades Pesqueiras

Em que ambientes costuma pescar:

() Pesca Estuarina () Pesca Costeira () Pesca Oceânica () Pesca Água Doce
(Continental)Tipologia das Embarcações utilizada pelo pescador: (Classificação IBAMA baseada no
tamanho e propulsão)_____



TIPO DE EMBARCAÇÃO ___

Tipo de Embarcação	MON - Montarias, embarcações não motorizadas	CAN - Canoas não motorizadas	CAM - Canoas motorizadas, geralmente sem casaria	BPP - Barcos de pequeno porte	BMP - Barcos de médio porte	GEL - Barcos geleiros de comercio de pescado	Barco Industrial	Outros
CAPACIDADE (t)								
MATERIAL DO CASCO								
PROPULSÃO								
POTÊNCIA (HP)								
COMPRIMENTO (m)								
TRIPULAÇÃO (quantidade)								
AUTONOMIA (dia de mar)								
CONSERVAÇÃO DO PESCADO								
OUTRAS DENOMINAÇÕES								

Como e aonde faz a manutenção da embarcação?

Participa ou participou de programa de financiamento de embarcações? Como avalia tal processo?

Sua embarcação possui rádio? Quais os canais utilizados para comunicação com outras embarcações?



ARTES/ PETRECHOS DE PESCA que pratica (identificar no mapa)

PESCA	ARTES DE PESCA	TIPOS DE PESCA	CARACTERÍSTICAS (como é usada, aonde, tamanho, tipos de isca, material de que é feita)	ALVO	TIPOS DE EMBARCAÇÃO	
ARTESANAL	Armadilhas fixas					
	Armadilhas móveis					
	Redes fixas					
	Redes livres de emalhe					
	Redes de arrasto					
	Tarrafa					
	Linha e anzol					
Espinhel						

Outras artes de pesca artesanal identificadas (tipo, características, alvo):

PESCA	ARTES DE PESCA	TIPOS DE PESCA	CARACTERÍSTICAS como é usada, aonde, tamanho, tipos de isca, material de que é feita)	ALVO	TIPOS DE EMBARCAÇÕES

Outras artes de pesca industrial identificadas (tipo, características, alvo):



Os petrechos de pesca são comprados prontos “de fora” ou há algum tipo de petrecho que é confeccionado na região com algum material específico? Detalhar.

RELAÇÕES DE TRABALHO:

Em qual desses perfis pescador entrevistado se enquadra?

() Proprietário de embarcação

() Autônomo

() Empregado (CLT ou contrato)

() Outros _____

Trabalha para empresas de pesca? Qual (Quais) empresa (s)? Qual a forma de vínculo (fornecedor, empregado)?

Quantos e quais membros da família trabalham na pesca? Exercendo quais funções?

Tem conhecimento de Indústrias de Pesca (no município / localidade - estimativa)?

Quantas e quais:

Áreas de pesca: _____

Distância da costa e profundidade: _____

Principais espécies capturadas: _____

Locais de desembarque:



PESQUEIROS E ESPÉCIES

Arte de pesca (tempo de permanência do petrecho no mar e período do dia).	Espécies alvo	Pesqueiro utilizado (Tipo de Fundo)	Tempo médio de atividade pesqueira (dia/semana)

Obs: _____

Principais áreas de atuação (pesqueiros mais frequentados) - identificar no mapa:

Pesqueiros (nome)	Espécies alvo / capturadas	Observações (profundidade, distância referencial, tipo de fundo etc)

É possível perceber alguma variação no pescado ao longo do ano? De que forma? (Se houver mudança no pesqueiro, indicar no mapa).

Costuma pescar em reservas extrativistas marinhas ou estuarinas na área? Onde ficam localizadas? Que tipos de pesca extrativa pratica nessas áreas?

Meses de maior produção pesqueira:

Espécie	Periodo



DISTRIBUIÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E BENEFICIAMENTO

Principais Espécies Capturadas pelo pescador:

NOME	Produção Kg/dia ou mês	Preço R\$/kg (variação sazonal)

Principais Pontos de Desembarque do Pescado utilizados pelo pescador:

Ponto de Desembarque	Porto	Pier	Câmara Frigorífica	Fábrica de Gelo	Mercado de Pesca	Outros

Formas de conservação do pescado capturado	In natura;	isopor com gelo;	caixa de madeira com gelo;	freezer, geladeira	outros:

Há algum tipo de beneficiamento do pescado? De que forma é feito?

Comercialização do pescado capturado:

Forma: () vivo; () morto e não eviscerado; () morto e eviscerado () sujo; () lavado;
() outros: limpa na hora

Unidade de comercialização: () kg; () dúzia; () unidade; () outros _____



Locais: () no desembarque; () na residência; () mercados; () associações; () bares,
quiosques e restaurantes; () outros: quiosque de pesca em frente a praia de
desembarque, fica ao lado da colônia.

Meios: () venda direta; () Intermediário / atravessador; () outros _____

PROBLEMAS E SUGESTOES

Principais problemas e sugestões para o desenvolvimento das atividades pesqueiras na
região:

Acha que a pesca enfrenta problemas ambientais? Quais? Por que?

